

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA
JULIANO HENRIQUE DE PAULA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA LOCKEANA
PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO**

Juiz de Fora
2020

JULIANO HENRIQUE DE PAULA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA LOCKEANA
PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Filosofia do Centro Universitário Academia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof.^a Ms. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles

Juiz de Fora
2020

PAULA, Juliano Henrique. **As contribuições da filosofia lockeana para a formação do cidadão**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Academia, realizado no 2º semestre de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles (UniAcademia)
Orientadora

Prof. Ms. Emílio Cunha Amorim (UniAcademia)

Prof.^a Dra. Mabel Salgado Pereira (UniAcademia)

Dedico este trabalho à minha família, em especial meus sobrinhos Guilherme e Júlia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida e pela sua infinita bondade que me concedeu trilhar e finalizar essa tão importante etapa acadêmica. A Ele toda honra e glória pelas inefáveis maravilhas realizadas durante esse tempo de estudos.

Aos meus pais, Geraldo e Marli, minhas referências e meu porto seguro nos momentos de aflição. Eles são meus formadores por excelência, transmitiram no ambiente familiar os principais valores e condutas que definiram o meu ser. Na labuta diária ensinaram-me a humildade e a perseverança.

Aos meus irmãos, Jordana e Juliemerson, uma gratidão muito singular por sempre acreditarem e apoiarem os meus projetos de vida. Estendo um afeto especial aos meus cunhados Diego e Rafaela.

Aos meus sobrinhos, Guilherme e Júlia, mesmo que ainda não compreendam a grandeza dessa etapa em minha vida, foram eles a inspiração para a pesquisa deste trabalho. Foi observando os momentos em família e como se desenvolviam que despertou em mim o interesse em aprofundar sobre os métodos e as formas de aprender e ensinar.

A toda minha família o meu agradecimento: tios, primos, afilhados. A família é algo sagrado, por mais longe que esteja mantemos sempre um vínculo de amor, carinho e comunhão. Sou grato por tê-los em minha vida, por me apoiarem e acreditarem em meus sonhos.

Ao Centro Universitário Academia pela oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos, em particular ao curso de Filosofia. Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação intelectual e humana.

Gratidão àquela que desde o primeiro contato com o curso foi uma referência como educadora, a Prof.^a Ms. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles. A admiração pela dedicação ao curso fez-me escolhê-la como orientadora. Obrigado por transmitir tão sabiamente e afavelmente os saberes necessários para a elaboração deste trabalho.

Aos professores integrantes da banca avaliadora: Prof.^a Dra. Mabel Salgado Pereira e Prof. Ms. Emílio Cunha Amorim, pela contribuição na finalização deste trabalho. Agradeço, também, a minha prima e Prof.^a Ms. Michelli Cristina de Sousa Resende, pela correção gramatical e pelas valiosas dicas acadêmicas.

Gratidão à Diocese de São João del-Rei, na pessoa do seu bispo diocesano Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Dom José Eudes Campos do Nascimento, o qual, acompanha de perto o processo formativo dos jovens seminaristas. Expresso também grande gratidão ao Rev.^{mo} Padre Javé Domingos da Silva, Reitor do Seminário Diocesano São Tiago, por contribuir paternalmente e amigavelmente na formação vocacional.

Por fim, não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão aos amigos, peço desculpas por não citar cada um, pois poderia me esquecer de alguém, mas trago no coração todos aqueles que ao longo da minha vida somaram forças e tornaram-na mais suave.

A todos que me ajudaram de forma direta ou indireta, meu muito obrigado!

A necessidade de procurar a verdadeira
felicidade é o fundamento da nossa
liberdade.
John Locke

RESUMO

PAULA, Juliano Henrique de. **As contribuições da filosofia lockeana para a formação do cidadão**. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia), Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, 2020.

No âmbito filosófico, o empirista John Locke dedicou-se à reflexão sobre as mudanças ocorridas em seu tempo, o século XVII, com a finalidade de auxiliar os indivíduos a situarem-se como seres sociais adaptados a um mundo novo. Dessa forma, o presente trabalho trata das contribuições de Locke para a educação integral do futuro *gentleman*, para que este fosse capaz de enfrentar o mundo em mudança com um olhar diferente. Tendo como base teórica a obra lockeana **Alguns pensamentos sobre a educação** (2019), além de obras e textos de historiadores e comentadores do autor em questão, foi objeto de reflexão o princípio lockeano que afirma ser a mente humana, ao nascer, como uma folha em branco na qual a experiência inscreve as primeiras ideias. Foram tratadas também as críticas ao racionalismo, de modo especial ao inatismo e, em seguida, situado e sinalizado o destinatário da educação lockeana, o papel dos pais e preceptores na formação do *gentleman* e a proposta metodológica de educar pelo hábito. Os resultados da pesquisa foram analisados na ótica da educação contemporânea, contemplando as prescrições deixadas pelo referido autor.

Palavras-chave: Locke. Inatismo. Conhecimento. *Gentleman*. Hábito.

ABSTRACT

In the philosophical sphere, the empiricist John Locke dedicated himself to reflecting on the changes that occurred in his time, the 17th century, with the purpose of helping individuals to situate themselves as social beings adapted to a new world. Thus, the present work deals with Locke's contributions to the integral education of the future gentleman, so that he would be able to face the changing world with a different look. Based on the Lockean work *Some thoughts on education* (2019), in addition to works and texts by historians and commentators of the author in question, the Lockean principle that claims to be the human mind, at birth, like a leaf blank in which the experience inscribes the first ideas. Criticisms of rationalism were also dealt with, in particular of inactivity, and the recipient of Lockean education, the role of parents and preceptors in the formation of the *gentleman*, and the methodological proposal of educating through habit, were located and signaled. The results of the research were analyzed from the perspective of contemporary education, considering the prescriptions left by that author.

Keywords: Locke. Inactivity. Knowledge. *Gentleman*. Habit.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O INGLÊS JOHN LOCKE	13
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DAS OBRAS DE LOCKE	14
2.2	A FILOSOFIA DE LOCKE	21
3	CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DE JOHN LOCKE	23
3.1	INATISMO	23
3.2	A CRÍTICA DE LOCKE ÀS IDEIAS INATAS	25
3.3	A LEI NATURAL E O ESTADO DE NATUREZA	30
4	LOCKE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	36
4.1	DESTINATÁRIO DA EDUCAÇÃO LOCKEANA	36
4.2	A EDUCAÇÃO PELO HÁBITO	39
4.2.1	O papel dos educadores na perspectiva lockeana	42
4.3	OS EIXOS PARA A EDUCAÇÃO LOCKEANA	45
4.3.1	A educação do corpo	45
4.3.2	A educação moral	46
4.3.3	A educação intelectual	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O homem enquanto animal racional, busca diariamente colocar a prova suas limitações individuais e coletivas. A filosofia, desde o seu nascimento, dedicou-se à pergunta do que é o homem e deparou-se com várias respostas de grande relevância para o processo de formação integral, levando em conta as diferentes esferas que formam uma unidade humana.

John Locke (1632-1704) dedicou-se a tais questões, especificamente, as que tocam o processo de conhecimento. O que é o conhecimento? Como é possível conhecer? Valendo-se dos contatos com os ideais da filosofia racionalista, de modo particular a que afirma que a mente humana já possui ideias inatas, conhecida como **Teoria Inatista**, Locke aponta situações e divergências que mostram que a mesma poderia estar na contramão do pensamento filosófico. Combateu duramente tal doutrina e foi na obra **Ensaio acerca do entendimento humano**, publicada em 1690, que contra-argumentou e defendeu a tese de que ao nascermos, nossa mente é uma folha em branco, e são as experiências que inscrevem as primeiras ideias na mente humana, base fundamental da escola conhecida como Empirismo, para a qual a ideia origina-se através da experiência sensorial, dos sentidos. Tal proposta fez Locke ser conhecido como pai do empirismo e do liberalismo, corrente política defendida pelo filósofo.

Posto isso, este trabalho de conclusão de curso propõe abordar as contribuições do filósofo empirista inglês na formação integral do indivíduo. Através de uma perspectiva lockeana, pretende-se acompanhar o período histórico e cultural da época, traçando o caminho percorrido na busca do conhecimento. Visa-se ainda, refletir sobre como Locke descreve o processo de aprendizagem que acontece a partir de experiências sensoriais, levando o indivíduo a um conhecimento sobre si mesmo e sua relação com o outro e o mundo.

Para melhor organização dessa pesquisa foi necessário a divisão em seções. Na primeira seção apresentou-se uma contextualização histórica da vida e das obras de Locke, bem como sua concepção filosófica, com o intuito de conhecer as influências sociais e filosóficas que o ajudaram na construção de seus pensamentos.

Na segunda seção foi trabalhado o conceito de **Inatismo**, possibilitando uma reflexão sobre a crítica que Locke faz a essa corrente filosófica e a seus idealizadores. Ainda nesta seção foi apresentada uma concepção lockeana do

estado de natureza. Por fim, este trabalho também abordou sobre a contribuição pedagógica e educacional desenvolvida por Locke, partindo dos fragmentos organizados na obra **Alguns pensamentos sobre a educação** publicada 1693.

É fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, a filosofia empirista que Locke desenvolveu em suas obras. Ao perceber o valioso legado deixado por este pensador, fez-se necessário um sobrevoo em o seu contexto histórico, o que possibilitou uma maior compreensão do tempo presente, e como tal filosofia contribuiu para o processo educacional na sociedade contemporânea.

Este trabalho seguiu a metodologia da pesquisa de cunho bibliográfico, baseando-se nos contextos social, político e cultural, em que Locke foi intrinsecamente posto em seu tempo. Foram tomadas as obras deste autor como fonte primária e, para melhor compreendê-lo, lançou-se mão de alguns historiadores e comentadores desse autor.

A obra o **Ensaio acerca do entendimento humano** de Locke (1991) foi usada como principal fonte teórica para elaboração desta pesquisa. Como literatura secundária, recorreu-se à **História da Filosofia** de Abbagnano (1982) e **Filosofia: Idade Moderna** de Reale (2017), para melhor compreensão do contexto histórico sobre a vida e as obras do filósofo em questão.

Para abordar o **Inatismo** foram pesquisadas as seguintes obras: **Convite à filosofar** de Chauí (2000) e **Iniciação à história da Filosofia** de Marcondes (2010). As obras **Empirismo** de Meyers (2017) e **Compreender Locke** (2013) de Sheridan foram utilizadas para auxiliar na compreensão do pensamento lockeano e atestar sua pertinência em tempos presentes.

O uso da obra **História da Pedagogia** de Cambi (1999); contribuiu, de certa forma, para compreender a estrutura histórica da pedagogia, seus métodos e principais colaboradores, dentre eles – Locke. A obra aborda um período histórico que vai desde a Antiguidade Clássica até o fim da Guerra Fria. Para cada período, o autor descreve o pensamento educativo hegemônico e suas instituições pedagógicas.

E, por fim, a obra **Alguns pensamentos sobre a educação** de Locke (2019) aborda de forma mais ampla seus pensamentos, principalmente no que diz respeito às práticas educacionais. Dessa forma, o empirismo lockeano é o que norteou o desenvolvimento deste texto, buscando, à luz do filósofo empirista inglês, traçar o

caminho para a compreensão do que é e como se dá o conhecimento e a formação integral do ser humano.

Entretanto, este trabalho não pretende esgotar-se na análise das obras mencionadas. Pretende-se, de forma cautelosa, dialogar com os comentadores de Locke, a fim de melhor compreender os caminhos seguidos pelo filósofo para estruturar e organizar os caminhos pedagógicos presentes nas redes de ensino.

2 O INGLÊS JOHN LOCKE

A cidade de Wrington, situada aos arredores de Bristol, na Inglaterra, foi berço de um dos grandes filósofos do século XVII, John Locke. Nascido no dia 19 de agosto de 1632 e pertencente a uma família de burgueses comerciantes era possuidor de uma grande riqueza herdada de seu avô, Nicolas Locke.

Na sociedade daquela época, o pai de Locke, além de possuir terrenos, era um advogado e trabalhava na cidade de Somerst como escrivão do Tribunal de Justiça. Em 1642, durante a guerra civil inglesa, seu pai lutou a favor do parlamento, ao lado de Alexander Popham, grande político inglês. Nessa guerra, os parlamentaristas defendiam sua autonomia e os royalistas a autonomia do rei (BATISTA, 2004).

Devido à grande influência da família Popham, Locke foi encaminhado para a melhor escola da Inglaterra, a Westminster School. Lá aprendeu latim, grego e elementos da retórica. Com sua disciplina precisa e austera, a escola contribuiu para a formação acadêmica inicial do jovem inglês. Sua dedicação aos estudos e o grande domínio dos conhecimentos lá adquiridos o levaram para a renomada Universidade de Oxford, tendo, em 1658, recebido o título de *Master of Arts* (mestre em artes).

Em Oxford, decepcionou-se com o aristotelismo escolástico que, para ele, não passava de um ensinamento com palavras obscuras e de pesquisas inúteis. Sendo assim, dedicou-se a outros ramos de estudo como teologia, fisiologia, anatomia, física e medicina. Optou pela medicina como atividade profissional, não obtendo, contudo, nenhum título acadêmico nessa área (BATISTA, 2004).

A partir de 1666, passa a frequentar os grandes círculos intelectuais e políticos da época, assumindo o papel de secretário do Lorde Ashley, que se torna Chanceler da Inglaterra e conde de Shaftesbury. Foram nesses encontros com os grandes e poderosos da Inglaterra que Locke começou a escrever uma de suas principais obras, **Ensaio sobre o Entendimento Humano**, publicada no ano de 1690, passando também a se interessar por questões políticas.

Em 1675, ao exilar-se na França, já com problemas de saúde, tem a oportunidade de conhecer o pensamento cartesiano. Por sua grande amizade com o conde Shaftesbury, Locke teve que deixar a Inglaterra e refugiar-se na Holanda. Lá, dedicou-se à continuação de suas principais obras e participou dos movimentos

políticos que levaram ao trono Guilherme de Orange. Este movimento ficou conhecido como Revolução Gloriosa, tendo como característica a mudança do poder do rei para o parlamento, dando origem ao regime liberal inglês.

Neste período, Locke já era conhecido por toda a Europa, o que sempre lhe rendeu convites para ocupar cargos políticos entre outras honrarias. Nos últimos anos de sua vida, dedicou-se exclusivamente às suas produções literárias. Fatigado e já idoso, retirou-se para o castelo de Oates, onde recebera visitas ilustres como a de Isaac Newton (1642-1727). Locke vagarosamente debilita-se e morre no ano de 1704.

A vida do empirista inglês, de acordo com Batista (2004), pode ser dividida em três grandes etapas. Nos primeiros trinta anos de sua vida foi funcionário de Shaftesbury; durante outros trinta esteve envolvido em todos os acontecimentos políticos de seu país e só após os cinquenta anos assumiu a filosofia como atuação principal. Os filósofos do século XVIII o catalogaram como um dos pensadores mais importantes e mais respeitáveis, ficando atrás somente de Isaac Newton. O grande legado de Locke, além de suas contribuições em vida, consiste em suas obras, que inspiram e influenciam os pensadores e intelectuais da sociedade contemporânea. O **Ensaio sobre o Entendimento Humano** (1690) será a obra que norteará este trabalho de conclusão de curso, pois nele o autor se dedica ao estudo da gnosiologia.

Os envolvimento nas questões políticas iluminaram Locke a empenhar-se nos estudos ético-político, publicando a obra **Dois tratados sobre o governo** e a **Carta sobre a Tolerância** em 1690. Em 1693, publicou a obra **Alguns Pensamentos sobre a educação** e em 1697 publicou **A Racionalidade do cristianismo**. Outros escritos de cunho bíblico foram produzidos durante os seus últimos anos de sua vida e só foram publicados *pos-mortem*.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DAS OBRAS DE LOCKE

É perceptível a dedicação dos vários escritores para com suas obras e livros produzidos no decorrer de sua vida. Com Locke, não foi diferente. Ele fazia questão de acompanhar de perto as edições de suas obras. Isso porque, certa vez, Churchill, o editor, contrariou as exigências do escritor inglês acerca do padrão adequado, fazendo modificações sem que o houvesse consultado (BATISTA, 2004).

O contexto social da época tornou-se um fator primordial e de grande influência na vida de Locke. Seus estudos, leitura e escritos acerca da filosofia, política, religião, educação foram tentativas de levar às pessoas respostas para os grandes problemas enfrentados pelos ingleses no século XVII.

Na obra o **Ensaio acerca do entendimento humano** (1690), talvez a mais importante do autor, a visão modernista do empirista perpassa por importantes questionamentos. Tendo como inspiração os expoentes da filosofia da época.

Desse modo, ele se deparou com um ponto chave, que o fez refletir abertamente com os amigos sobre questões que até então não eram tratadas com mais sutileza. E assim, o próprio Locke relata a gênese desta obra:

Se fosse adequado incomodá-lo com a história deste Ensaio, deveria dizer-lhe que cinco ou seis amigos, reunidos em meu quarto e discorrendo acerca de assunto bem remoto do presente, ficaram perplexos, devido às dificuldades que surgiram de todos os lados. Após termos por certo tempo nos confundido, sem nos aproximarmos de qualquer solução acerca das dúvidas que nos tinham deixado perplexos, surgiu em meus pensamentos que seguimos o caminho errado, e, antes de nós nos iniciarmos em pesquisas desta natureza, seria necessário examinar nossas próprias habilidades e averiguar quais objetos são e quais não são adequados para serem tratados por nosso entendimento (LOCKE, 1991a, p. 3).

Neste trecho, o autor apresenta, por meio da Carta ao leitor ou como alguns comentadores postularam de Epístola ao leitor, o que lhe motivou e o inquietou para a produção da referida obra, depois de debater com os amigos, deparando-se com assuntos tão densos e complicados. O filósofo não deixa explícito quais são os conceitos específicos desta discussão. Porém, segundo Sheridan (2010), a temática girava em torno da moralidade e da religião, relatado tempo depois, por James Tyreel, amigo de Locke presente nesta reunião.

Ao longo da obra percebe-se que, de fato, Locke explorou com afinco os assuntos morais e religiosos. No entanto, o que chama atenção para esta pesquisa é o fragmento citado acima, no qual é possível perceber que “Locke quer examinar a natureza da investigação, suas fundamentações, seus padrões de verdade e os meios que temos para melhorarmos investigações sistemáticas de todos os tipos” (SHERIDAN, 2010, p. 9).

Ora, o que o pensador desejava, era uma fundamentação plausível para a origem e natureza do próprio conhecimento. Dessa forma, Locke elaborou uma teoria, na qual postulava que todo e qualquer tipo de conhecimento originava-se da

experiência, contrapondo assim, a teoria dos racionalistas, que defendiam a razão como origem e fonte do conhecimento. Como já visto, o autor foi impulsionado na elaboração da obra partindo dessa discussão com os amigos. Vale ressaltar também, a forte influência nutrida pelo contato com as pesquisas químicas e médicas de Robert Boyle (1627-1691), Robert Hooke (1635-1703), Richard Lower (1631-1691) e Thomas Sydenham (1624-1689).

De acordo com Dunn (2003), Locke extraiu desses pesquisadores, além de conhecimento, virtudes como a humildade, a paciência e uma constante observação, aliada a uma reta disciplina, capaz de ajudar na apreensão dos segredos da natureza. Isso o ajudou na leitura e compreensão das obras dos filósofos do início da revolução científica como René Descartes (1596-1650) e Pierre Gassendi (1592-1655). Desses, o que mais influenciou seu pensamento foi Descartes, vindo posteriormente a criticar alguns conceitos da filosofia cartesiana. Durante o período em que esteve na residência do Lorde Ashley, Locke deu início as primeiras anotações de sua obra principal.

A obra demorou cerca de vinte anos para ser publicada, isso porque outras atividades consumiam boa parte do seu tempo. Além do mais, os constantes exílios e a saúde debilitada foram fatores primordiais para a demora da publicação. Todavia, Locke continuou a escrever paulatinamente e com muito zelo, pois desejava uma publicação de qualidade e sem erros (DUNN, 2003).

Ao retornar para Inglaterra, após um período de exílio na Holanda, Locke dedicou-se à finalização e edição da obra e, em 1690, publicou sua mais importante obra, dividindo-a em quatro livros, tendo como eixo central a filosofia empírica que afirma que todo e qualquer conhecimento provém da experiência.

No livro I do **Ensaio acerca do entendimento humano** (1690), Locke (1991a) se dedica à crítica ao Inatismo, pois defendia que não havia nem ideias e nem princípios inatos na mente do homem, mas que esses são adquiridos por meio da experiência sensorial. No livro II, ele tenta sustentar de forma explicativa, como as ideias se originam na experiência. Para isso, fundamentou-se em sua teoria das ideias, afirmando-a como conteúdo essencial da consciência humana. Logo nos primeiros capítulos deste livro, Locke tenta preparar o terreno para justificar sua teoria, definindo a mente humana como uma tela em branco, onde somente a experiência é capaz de inscrevê-la.

Dessa forma, Locke (1991a) apresenta duas rotas para a mente adquirir ideias: a sensação ou a reflexão. Na sensação, a impressão ou o movimento realiza-se através dos sentidos externos do homem, produzindo uma percepção de entendimento, denominada como ideias de sensação. A partir das ideias de sensação a mente começa “a considerar, raciocinar, lembrar, acreditar e todas as outras operações mentais de que ela é capaz” (SHERIDAN, 2010, p. 28). O homem voltando-se para dentro de si percebe essas operações e forma um novo conjunto de ideias, as ideias de reflexão.

Locke classificou esses dois tipos de ideias, sensorial e reflexiva, como sendo simples por serem, segundo ele, a fonte básica de todas as ideias complexas dado a mente em certo momento. Tomando a teoria das ideias como referencial teórico, ele abordou no livro III a linguagem, sendo essa uma auxiliar preciosa, mas ao mesmo tempo apresenta seus problemas, seus erros e exageros. Dentre esses erros, o autor destaca o falar sem ter uma ideia clara, não se tem ideias das palavras que se utiliza.

Por fim, após preparar o terreno com sua teoria das ideias e a teoria da linguagem, no livro IV o autor trata da teoria do conhecimento, aquilo que de fato o motivou à escrita da obra. O conhecimento é definido por Locke como sendo “a percepção da conexão e acordo, ou desacordo e rejeição, de quaisquer de nossas ideias” (LOCKE, 1991a, p. 135), pois se não houver percepção, haverá apenas opinião.

No mesmo ano que publicou essa obra, Locke, anteriormente, lançou os **Dois Tratados sobre o Governo**, em 1689 e 1690. As ideias filosóficas e políticas contidas nessas obras foram abordadas por ele devido ao grande embate político que a Inglaterra vinha sofrendo no século XVII.

Os conflitos entre os *Whigs*¹ e *Tories*² (parlamento inglês *versus* realeza), eram os partidos políticos atuantes na época de Locke, no qual o primeiro defendia a autonomia do parlamento e o segundo a autonomia do rei. Devido aos interesses de cada um dos envolvidos, deflagrou-se, em 1642, uma guerra civil entre a realeza e a burguesia. Esta guerra foi um combustível literário para Locke, motivando-o à escrita de seus tratados (BATISTA, 2004).

¹ Os *Whigs*, conhecidos também como os parlamentaristas, defendiam a autonomia do parlamento, eram a favor de um parlamento mais forte que contivesse o poder real (BATISTA, 2004).

² Os *Tories*, conhecidos também como os royalistas, defendiam a autonomia do rei, eram ligados ao alto escalão da Igreja Anglicana (BATISTA, 2004).

No primeiro livro, Locke, ironicamente, debate sobre a teoria política de Robert Filmer³ a favor do absolutismo. Filmer recorreu à Providência divina, que desde Adão e Eva velaria sobre as comunidades humanas. O poder e os direitos são determinações da vontade divina. Somente Deus pode dar o poder aos homens, por sua vez os homens transmitem o poder entre si segundo a vontade divina (TADIÉ, 2005).

Essa dinâmica ficou conhecida como patriarcalismo, na qual Deus deu a Adão, o primeiro homem, o poder que fora transmitido para os primeiros pais e reis. E assim, o povo não teria direitos e nem liberdade, a não ser aqueles sobre a proteção do monarca. De acordo com Batista (2004), os argumentos de Filmer são um tanto quanto insustentáveis, pois chegam a se contradizer com a Bíblia.

Na Sagrada Escritura percebe-se o que de fato foi prescrito por Deus aos homens. Deus não deu um poder a Adão sobre todas as criaturas, mas sim deu aos homens em comum, o mundo para que pudessem guardá-lo e cultivá-lo. O poder então não é absoluto. No lar, o pai divide o poder com a mãe, os filhos não são escravos dos pais, até que tenham idade para se conduzirem como seres livres e racionais.

O poder dado ao pai tem seus limites prescritos na lei, por exemplo, o pai não pode atentar contra a vida do filho. Segundo Michaud, “o poder parental é na verdade um dever de educação” (1991, p. 36). Desse modo, Locke tentou mostrar que o poder paterno é diferente do poder político, não é como Filmer postulava. A paternidade dada a Adão, todos os homens a possuem por inteiro. Entretanto, toda a propriedade do mundo o homem também tem direito porque todos os produtos e as criaturas faziam parte da vida de Adão, que era homem.

O segundo livro, com certeza, depois do **Ensaio acerca do entendimento humano** (1690), foi uma obra de grande importância para a sociedade da época. Não há uma data exata para o início da produção desta obra, postula-se o início da década de 1680. Isso porque alguns comentadores colocam o período da Revolução Gloriosa como motivadora para a escrita da mesma. Nesta revolução, Guilherme de Orange (1650-1702) subiu ao trono inglês, em 1689.

Dentre os argumentos abordados por Locke no **Segundo tratado sobre Governo** (1690), vale enaltecer o estado de natureza, fundamental para a

³ Robert Filmer (1588-1653) filósofo político autor da obra *Patriarcha non Monarcha*, publicado em 1680.

compreensão desta obra. O estado de natureza em Locke é a perfeita liberdade de agir, dispondo-se de si e de suas propriedades, mas é preciso levar em consideração os limites colocados pela lei natural (MICHAUD, 1991). No entanto, nesse primeiro diálogo o intuito é apenas apresentar a obra como um todo, conceitos importantes como o estado de natureza do homem na visão lockeana, serão abordados no decorrer do trabalho

No início do segundo livro, Locke retoma a crítica feita a Filmer, na tentativa de tirar dos governantes todo e qualquer proveito de autoridade com uso de força e de violência. Ele compara o uso da força bruta do homem a um animal selvagem, já que o mais forte sempre domina. Sendo assim, o inglês busca descobrir, “outra origem para o governo, outra fonte do poder político e outra maneira de escolher as pessoas que o exercem diferentemente daquela que nos ensinou Sir Robert Filmer” (LOCKE, 1991b, p. 215).

Em conformidade com Michaud (1991), Locke tenta diferenciar, inicialmente, o poder político que um magistrado tem para com seu súdito, do pai sobre o filho, do chefe para com seu empregado e de um senhor para com seu escravo. Sendo o poder político definido como o direito de fazer leis para o bem público.

Com esta obra, Locke passou a ser chamado de pai do liberalismo, isso porque, ele apresenta o direito de propriedade e a separação dos poderes, o qual ficou conhecido depois como o alicerce para consolidação do Estado Liberal burguês. Essa obra influenciou diretamente a revolução Norte-americana, na declaração da independência. E na França as suas teorias foram citadas para justificar o início da Revolução Francesa (BATISTA, 2004).

Entre o período de 1689 e 1690, Locke publicou a **Carta sobre a Tolerância**. A gênese dessa obra se deu após o filósofo inglês ter observado os embates da religião com o poder monárquico da época. Nessa ocasião, Luís XIV, absolutista católico, perseguia estados protestantes e desejava uma uniformidade religiosa.

Atento a esses conflitos, Locke escreveu essa obra primeiro em latim – língua ainda usada pelos intelectuais europeus – tempos depois dedicou-se em escrevê-la em outras línguas. Nela o autor sustenta a liberdade da consciência religiosa, na qual o estado deve preocupar-se apenas em governar e zelar pelo bem do povo sem tomar partido de qualquer religião.

Questões religiosas não devem fazer parte das leis, lembrando que todas as igrejas e denominações religiosas devem ser toleradas. Quando as cartas chegaram

ao conhecimento de todos, elas sofreram grandes críticas e causaram polêmicas. Devido a essas duras críticas, Locke tentou ao máximo não revelar-se como autor dos **Dois tratados sobre o Governo** (1690), o que foi difícil (DUNN, 2003).

Uma obra talvez não muito explorada atualmente seja **Alguns pensamentos sobre a educação**, publicada em 1693. Essa obra é a compilação de cartas endereçadas ao amigo Edward e à esposa, aconselhando-os sobre a saúde e a educação dos filhos. A obra também contribuiu para estudos sobre o desenvolvimento psicológico da criança e de como o ser “humano se tornar humano no seu sentido pleno” (DUNN, 2003, p. 30).

No século XVII, era forte a predominância da educação escolástica, mas as suas forças se romperam com as críticas feitas aos métodos por ela usados, por exemplo, o método memorista, que não exercitava a razão e por ser livresca não valorizava o conhecimento do mundo, fonte rica de conhecimentos.

Opondo-se a linha educacional escolástica, Locke orientava seu amigo, Edward, na formação dos filhos, nascendo assim uma nova proposta educacional para os indivíduos. O filósofo não discorda de todo o método escolástico, de forma diferente, apenas valorizava os educadores no quesito do intelecto e da formação. Bem no início da obra, Locke conjuga saúde mental e física como fundamental para uma vida feliz, “mente sã em corpo são” (LOCKE, 2019, p. 39). Nessa obra, ele não quis fazer uma teoria da mente e muito menos do corpo, pois acreditava já tê-la feito em **Ensaio acerca do entendimento humano** (1690).

Como dito anteriormente, Locke dedicou-se a conceitos religiosos da época, principalmente na defesa das outras religiões ali nascentes que sofriam com o poder dos monarcas. Posto isso, em 1697 publicou a **Racionalidade do cristianismo**, obra duramente má interpretada e criticada. De acordo com Reale (1990), a proposta de Locke nesta obra era compreender a revelação e estabelecer as verdades necessárias do credo para ser um cristão. Ele concluiu que as verdades resumem-se a uma única verdade fundamental: crer que Jesus é o Messias, ou seja, o mesmo que dizer que Jesus é Filho Unigênito de Deus Pai.

Nesse caso, o filósofo em questão não é um reducionista ao colocar uma única verdade, mas considera a verdade mínima para crer e se dizer cristão, sendo as outras verdades derivadas dessa. Locke não buscou defender a religião cristã, tampouco transpor a doutrina revelada de modo simples e racional. O seu objetivo

era compreender a santa doutrina do Evangelho, que depois pôde se manifestar com os dados da razão (REALE, 1990).

Os últimos anos de vida de Locke foi, basicamente, um período de retiro espiritual, buscou no silenciar de todos os holofotes, aprofundar e meditar a Sagrada Escritura. Assim, ele mesmo relatou no pós-escrito desta carta, mostrando ao leitor que de fato as Escrituras guiaram boa parte de sua vida. Contendo em si, as mais puras verdades do mundo.

Esse interesse pelas Escrituras pode ser observado nas últimas obras escritas por ele, que só foram publicadas após a sua morte. São obras ricas em exegeses bíblicas dos escritos de São Paulo em suas cartas endereçadas a várias comunidades do início do Cristianismo.

Após apresentar as obras e a gênese de cada uma delas, nota-se que a vida de Locke foi pautada na compreensão dos fatos vividos de sua época e colocados em forma de livros para ajudar a sociedade a encontrar novos caminhos na nascente Era Moderna.

Apesar dos grandes conflitos que a Inglaterra sofreu no século XVII, Locke em momento algum chegou a usar de força bruta ou algum tipo de arma, pelo contrário as armas usadas por esse grande filósofo, para vencer as guerras, foram os seus insígnias argumentos filosóficos e políticos (BATISTA, 2004).

2.2 A FILOSOFIA DE LOCKE

A engrenagem do pensamento filosófico de Locke inicia-se com sua vida e inserção na sociedade da época. Como já relatado anteriormente, as questões políticas e sociais da época foram o combustível para o processo dos pensamentos inaugurais lockeanos.

Faz-se necessário, relatar a presença dos pensamentos filosóficos da época, que enalteciam a fase inicial das pesquisas desse pensador. Inspirado por filósofos empiristas ingleses, dentre estes Roger Bacon (1220-1292) e Guilherme de Ockham (1288-1347), Locke almejava, conforme é abordado em sua obra o **Ensaio acerca do entendimento humano** (1690), desvendar a origem do conhecimento (REALE, 1990).

Através da filosofia de Descartes, Locke adotou o termo ideia para designar os conteúdos da mente e do pensamento humano (CHAUÍ, 2020). Porém, ele se

distanciou dos pensamentos e das teorias cartesianas, quando o centro de sua pesquisa deparou-se com a origem dessas ideias na mente humana, ocasionando então uma ruptura dos dois filósofos.

Descartes sustentava que as ideias são inatas na mente humana, ou seja, desde o nascer o homem já possui no seu intelecto princípios capazes de, ao longo do tempo, serem anexados a vida a partir da razão. Era preciso despertar as ideias que se encontravam adormecidas na mente humana. Em contrapartida, Locke critica a existência de ideias inatas na mente humana. Para ele, a mente humana, na fase inicial de um ser, é como uma folha em branco, na qual as experiências externas vão inscrevê-la. A partir desse ponto, dá-se início então, a crítica às ideias inatas de Descartes e a outros filósofos que defendem esta corrente filosófica (CHAUÍ, 2000).

Na referida obra, Locke apresenta seus argumentos contra esta teoria sustentada pelos racionalistas, e nesse trabalho, em sua próxima seção, esses serão apresentados de forma mais teórica ao leitor. O desejo neste momento é apresentar a filosofia de Locke, seu caminho e fontes de inspiração, que tempos depois, o catalogaram como filósofo empirista. Corrente filosófica que sustenta a origem do conhecimento a partir da experiência sensorial.

Motivo pelo qual Locke defendeu a não existência de ideias inatas na mente humana. Ele postulava também, que não há poder inato e nem de origem divina, como defendiam os absolutistas. Essa sua crítica, aparece no livro o **Segundo tratado sobre o Governo** (1690), no qual tenta combater Filmer com a tese de que o povo não nasce livre e o poder político, inato, está nas mãos dos monarcas. Contra essa tese, Locke sustentou que o poder político nasce de um pacto entre os homens, antes de tal acordo vive-se em estado natural. No estado natural, os homens nascem livres, na mesma medida que nascem racionais (DUNN, 2003).

Desse modo, para Locke não há diferença entre os homens, todos são igualmente governados pela razão. Assim, viver a própria liberdade natural significa o desejo de viver em uma sociedade civil, na qual as pessoas buscam manter-se com segurança, paz e conforto. Esse pensamento lockeano, em defender a liberdade, ser contra a tirania e ao abuso do poder, influenciou a democracia liberal burguesa. A tolerância religiosa, a liberdade individual e contribuição na educação são inspiração para formação dos valores iluminista do século XVIII.

3 CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DE JOHN LOCKE

Após apresentar a vida e as influências do pensamento lockeano, este capítulo deter-se-á em conceitos importantes estudados pelo autor. Sabe-se que o empirismo, corrente filosófica defendida por Locke, teve como desafio os pensamentos dos racionalistas, posto isto, ele propõe conhecer tal corrente e ao mesmo tempo sustentar suas teorias, tanto as relacionadas ao conhecimento quanto às políticas, com base em seus estudos.

3.1 INATISMO

O inatismo é uma doutrina filosófica que aponta, segundo os seus defensores, para o fato de que o homem já nasce com princípios racionais que o permitem alcançar o conhecimento verdadeiro (MARCONDES, 2010). Logo, o indivíduo, desde sua origem, traz a sua mente percepções e conceitos como crenças religiosas, hábitos, conduta social, entre outras. Assim, a educação seria a responsável por despertar essas essências presentes em cada indivíduo.

Platão (427 a.C.-347 a.C.) ao explicar a forma como se dá o processo de conhecimento, tem como ponto de partida a doutrina da reminiscência ou *anamnese*, como uma primeira sistematização do inatismo. **Os Diálogos de Mênon** (385 a.C) e **A República** (379 a.C) ajudam a compreender melhor o pensamento platônico sobre o inatismo (CHAUÍ, 2000).

Na obra **Os Diálogos de Mênon** (385 a.C), Sócrates dialoga com um jovem escravo analfabeto, acerca do teorema de Pitágoras e se este teria capacidade de respondê-lo sem nunca ter estudado geometria. No decorrer do diálogo, Sócrates vai questionando e ajudando o jovem a raciocinar. Com isso, aos poucos as verdades matemáticas vão surgindo no seu espírito. De fato, o que Platão questiona neste diálogo é, justamente, como o jovem daria conta de responder a estas perguntas, sendo que nunca teve acesso a tal conhecimento? A resposta, segundo Platão dá-se com a teoria da reminiscência, ou seja, estaria relacionada ao fato do escravo ter nascido com a razão e os princípios da racionalidade, os quais estavam adormecidos em seu espírito (CHAUÍ, 2000).

Em **A República** (379 a.C) nota-se que a resposta se adéqua a esses questionamentos, pois, para Platão o indivíduo já nasce com a razão e as ideias

verdadeiras. Desse modo, o papel da filosofia, neste caso, nada mais é que ajudar a despertar essas ideias. Ou seja, os conhecimentos que se encontram adormecidos em nosso espírito, deveriam ser trabalhados no decorrer de nossa existência para serem transformados em conhecimentos verdadeiros.

Dessa forma, conhecer para Platão, em conformidade com Chauí (2000), nada mais é do que recordar a verdade existente em nós, despertando a razão para que ela, depois, faça por si só é o que talvez justifique as perguntas feitas por Sócrates ao jovem escravo, pois por meio delas poderia se lembrar das verdades e do uso da faculdade racional.

Outro expoente na formação do intelecto é Descartes e os empiristas ingleses, entre estes Locke, que inauguraram o pensamento moderno do século XVII. O caminho traçado por Descartes segue a linha racionalista, tomando a razão natural como premissa no processo do conhecimento. Para evitar o erro, de acordo com Marcondes (2010), o método cartesiano direciona a razão por uma via mais segura.

As teorias das ideias são descritas em várias de suas obras, mas são abordadas minuciosamente nas **Meditações Metafísicas** (1641) e no **Discurso do Método** (1637). Nelas, Descartes assegura que o pensamento seria composto por ideias. Segundo ele há três tipos de ideias que se diferenciam de acordo com sua origem e qualidade. As ideias que adquirimos vindas de fora – ideia de árvore, cachorro, instrumentos de trabalho, dentre outras – são conhecidas como ideias adventícias, ou seja, originam-se em nossas sensações, percepções, lembranças. Assim, se ao andar por uma floresta, à noite, vejo fantasmas, mas ao raiar do dia percebo que nada mais era do que galhos retorcidos movendo-se com a força dos ventos (CHAUÍ, 2000).

Dessa forma, em conformidade com Chauí (2000), essas ideias podem levar ao erro, visto que geralmente são enganosas ou falsas por não corresponderem à realidade. As ideias formadas em nossa mente a partir de elementos da experiência sensorial são conceituadas como ideias fictícias. Ou seja, são aquelas ideias criadas em nossa fantasia ou imaginação, como cavalo alado, duendes, elfos, dragões, fadas, super-heróis – na junção de seres inexistentes com partes adquiridas das ideias adventícias. O fato de não corresponder com a realidade e ser meramente uma criação do homem, faz com que essas ideias nunca sejam verdadeiras.

Por fim, destacam-se as ideias que não são derivadas da experiência, mas se encontram encarnadas no espírito do homem. A essas ideias Descartes deu o nome de ideias inatas, que em outras palavras, são ideias presentes no indivíduo desde o seu nascimento como a ideia de infinito, ideias matemáticas, dentre outras. Isto é, como não possuem um objeto para o uso sensorial e muito menos para a criação da nossa imaginação derivam da razão humana.

Dessa forma, segundo Chauí (2000), o argumento central dos inatistas para compreender se um conhecimento é verdadeiro ou falso, admite no espírito do indivíduo a razão e a verdade, pois se não for assim nunca saberá se a ideia corresponde à realidade.

Além de Platão e Descartes, outros filósofos e teólogos da época de Locke defendiam algum tipo de ideias inatas. Entre estes pensadores o Bispo Edward Stillingfleet (1635-1699), seu famoso interlocutor, afirmava que a existência de Deus fora carimbada universalmente na mente dos homens pelo próprio Deus. Henry More (1614-1687) menciona que a mente humana é pré-programada para identificar proposições verdadeiras, ou seja, do mesmo modo como conseguimos nos lembrar de uma melodia ao ouvir suas primeiras notas, assim também as ideias são despertadas pela experiência (SHERIDAN, 2013).

Outro grande pensador do século XVII, Ralph Cudworth (1617-1688), afirmava que a razão tem uma compreensão inata dos princípios da ciência natural. Ele compreendia que a experiência empírica não pode levar a essência das coisas do mundo, pois ela encontra-se dentro, isto é, o intelecto vai refletir aquilo que já conhece de alguma forma (CUDWORTH, 1838 apud SHERIDAN, 2013).

Para estes filósofos, acredita-se que a razão “seja como uma luz, ou uma vela, em cada um de nós, contendo, em algum sentido, todos os princípios mais básicos da filosofia natural e moral, que apenas esperam ser descobertos pela experiência” (SHERIDAN, 2013, p. 19). Estes filósofos representam o racionalismo, apoiando-se na razão como ponto de partida para o conhecimento.

3.2 A CRÍTICA DE LOCKE ÀS IDEIAS INATAS

No século XVII, além do racionalismo de Descartes, denominou-se também o empirismo. Essa corrente filosófica desenvolveu-se, principalmente na Inglaterra, tendo como grande expoente, o filósofo Locke. Em linhas gerais, baseando-se na

problemática da modernidade: foi por meio das ideias a respeito do valor do conhecimento humano e do método para o seu desenvolvimento, que o empirismo fixou-se na experiência como caminho para o conhecimento.

Os empiristas buscavam introduzir um uso melhor e mais perfeito referente ao intelecto, de tal modo que não se tratava de examinar os objetos, mas sim o próprio intelecto humano (MEYERS, 2017). Posto isto, salienta-se que Locke dedicou-se na elaboração da sua principal obra, o **Ensaio sobre o entendimento humano** (1690).

A referida obra divide-se em quatro livros. O livro I é dedicado à crítica do inatismo, preparando o terreno para o seu projeto nos três livros subsequentes. O livro II dedica-se ao processo do conhecimento e apresenta a teoria empirista das ideias. Os livros III e IV abordam, respectivamente, o processo da linguagem e do valor do conhecimento.

Entretanto, apenas o livro I da obra servirá como itinerário para a problemática em questão, uma vez que é neste livro que Locke concentra a concepção das ideias. Devido à influência que teve do pensamento cartesiano, na introdução da obra, ele pede desculpas aos leitores pelo frequente uso da palavra ideia. Assim sendo, pode-se ressaltar que:

[...] antes de prosseguir no que pensei sobre este assunto, aproveito esta oportunidade para pedir perdão ao meu leitor pelo uso frequente da palavra ideia, que ele encontrará adiante no tratado. Julgo que, sendo este o termo mais indicado para significar qualquer coisa que consiste no objeto do entendimento quando o homem pensa, usei-o para expressar qualquer coisa que pode ser entendida como fantasma, noção, espécie, ou tudo o que pode ser empregado pela mente pensante; e não pude evitar seu uso frequente (LOCKE, 1991a, p. 10).

Posto isso, considera-se que, até aqui o uso do termo ideia coincidia com o mesmo usado por Descartes. Para Locke (1991a), as ideias são definidas como conteúdo da mente e do pensamento humano, ou como objeto imediato de percepção, seja de pensamento, seja de entendimento.

De acordo com Abbagnano (1982), Descartes considera a razão como algo único por ser igual e possuída na mesma medida pelo indivíduo. Além disso, a razão é considerada como um fim infalível se seguirmos seu método único em todos os campos de aplicações e, por fim, onipotente por extrair de si mesma seus materiais e princípios fundamentais, que são inatos. Ora, para Locke (1991a) a razão não é dada nem garantida, mas passa por um processo de formação e aprovação, por meio de uma determinada disciplina.

Dessa forma, rompe com a filosofia cartesiana, pois esta é sustentada pela existência de ideias inatas na mente humana. Já Locke (1991a), nega qualquer forma de inatismo; para ele a mente humana é como uma folha em branco, ou no termo por ele usado *tabula rasa*⁴, na qual a experiência deixa as suas marcas. Sendo assim, na obra, o sujeito principal propõe-se a “investigar a origem, a certeza e a extensão do conhecimento humano” (LOCKE, 1991a, p. 07).

O filósofo inglês critica as ideias inatas e garante que a única forma de conhecimento se dá pela experiência, por meio de nossos sentidos, retomando, assim, o pensamento de São Tomás de Aquino (1225-1274), *nohil est in intellectu quod prius non feurit in sensu*, ou seja, nada existe no intelecto que antes não tenha estado nos sentidos. Sendo assim, o mundo natural “contém objetos com forma e matéria, quando os percebemos, ficamos cientes das formas sem a matéria, que então se torna o conteúdo do nosso conhecimento” (MEYERS, 2017, p. 23).

Nesse sentido, a base de apoio dos que sustentam o inatismo das ideias e dos princípios teóricos e práticos é o consenso universal no qual uns e outros desfrutam junto a todos os homens. Com efeito, Locke considera normal o fato dos inatistas apontarem para o consenso universal de algumas proposições.

De acordo com Sheridan (2013) o alvo de Locke são dois tipos de proposições: as proposições especulativas, ou seja, os princípios matemáticos abstratos e as proposições práticas que são princípios gerais da teologia e da moral. Por exemplo, ao considerar que os três ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos, para o inatista ninguém duvida desta verdade, ou seja, universalmente ela é considerada verdadeira, por já estar na mente humana.

Porém, contradizendo esta ideia, o filósofo em questão apresenta o exemplo dos sem habilidades de raciocínio, neste caso as crianças e os idiotas, que não possuem qualquer desses princípios e só os adquirem com o tempo. Nesse sentido:

Supor algo impresso na mente sem que ela o perceba, parece-me pouco inteligível. Se, portanto, as crianças e os idiotas possuem almas, possuem mentes dotadas destas impressões, devem inevitavelmente percebê-las, e, necessariamente conhecer e assentir com estas verdades; se, ao contrário,

⁴ “Expressão que indicou, às vezes, a condição da alma antes da aquisição do conhecer com o que consiste em imprimir os sinais ou as letras sobre uma tabuinha com a cera ou em escrever sobre uma página. [...] Platão comparava a alma a um bloco de cera onde se gravam as sensações e os pensamentos que depois lembramos. Aristóteles comparava o intelecto com uma tabuinha onde nada está escrito atualmente. [...] Locke tomou a imagem para exprimir a tese da origem empírica de todo o conhecimento” (ABBAGNANO, 1982, p. 903).

não o fazem, tem-se como evidente que estas impressões não existem (LOCKE, 1999a, p. 14).

O filósofo em questão refuta a ideia de que as crianças e os idiotas não têm, de modo algum, “consciência do princípio da identidade e de não contradição, nem dos princípios éticos fundamentais” (REALE, 2017, p. 412). Ora, como que uma criança sabe o que é bom para ela? Como respeitar uma pessoa se não foi submetida a essa experiência? Para Locke (1991a), esta falha é suficiente para destruir o assentimento universal de ser conjunto com todas as verdades inatas.

Assim, seria um equívoco sustentar que eles têm inatos esses princípios, apesar de não terem consciência deles. No entanto, se o indivíduo descobre uma proposição verdadeira, segundo os inatistas, esta deveria ser inata. Contudo, uma pessoa pode morrer sem nunca ter descoberto, em sua mente, um conjunto de verdades que fora planta desde o seu nascimento. Com isso, ressaltar que um princípio está impresso na mente, mas ao mesmo tempo afirmar que a mente o ignora, reduziria o ao nada. Da mesma forma, a humanidade não encontra nenhuma proposição que seja considerada universal por todos.

Retomando o exemplo de Platão com o jovem escravo, pode-se perceber o erro que incorre. Segundo Locke, como o jovem responde as perguntas, sendo que nunca ouviu dizer ou dedicou-se aos estudos matemáticos? Dito isso, pode-se firmar que ele só obteve resposta porque o próprio interlocutor o motivava, mas se era inato, não foi solucionado de imediato.

Sob esse véis, outro argumento criticado por Locke consiste na hipótese de que o intelecto, mesmo não contendo ideias inatas, poderia criá-las, inventá-las. Porém, exclui essa hipótese, uma vez que o intelecto pode associar de várias maneiras as ideias que recebe, mas não pode de modo algum apresentar por si só as ideias simples (REALE, 2017). Assim, é pertinente destacar o que expressa o pensador inglês:

Mas não tem o poder, mesmo o espírito mais exaltado ou entendido, mediante nenhuma rapidez do pensamento, de inventar ou formar uma única nova ideia simples na mente, que não tenha sido recebida pelos meios antes mencionados; nem pode nenhuma força do entendimento destruir as ideias que lá estão, sendo o domínio do homem neste pequeno mundo de seu entendimento semelhante ao do grande mundo das coisas visíveis; donde seu poder, embora manejado com arte e perícia, não vai além de compor e dividir os materiais que estão ao alcance de sua mão; mas nada pode quanto à feitura da menor partícula de nova matéria, ou na destruição de um átomo do que já existe. Semelhante inabilidade será descoberta por quem tentar modelar em seu entendimento alguma ideia que não recebera através dos sentidos dos objetos externos, ou mediante a

reflexão das operações de sua mente acerca deles. Gostaria que alguém tentasse imaginar um gosto que jamais impressionou seu paladar, ou tentasse formar a ideia de um aroma que nunca cheirou; quando puder fazer isso, concluirei também que um cego tem ideias das cores, e um surdo noções reais dos diversos sons (LOCKE, 1991a, p. 32).

A via sensorial dos indivíduos fornece ao intelecto novas ideias, mas como posso tentar imaginar algo que nunca tenha passado pelos sentidos? Para Locke (1991a), a ideia simples só levaria a ideias complexas se essa passasse pelos sentidos, e estes fossem captados de forma clara e distinta pela via da sensação e reflexão, elaborando na mente um novo conteúdo a partir dos materiais captados pelos sentidos.

Dessa forma, os princípios morais inatos tornam-se alvo da crítica a partir do momento em que povos se “comportam exatamente ao contrário daquilo que esses princípios postulariam” (REALE, 2017, p. 412). Um selvagem que cresce longe da civilização deveria, segundo os inatistas, saber como todos os outros indivíduos se portam na sociedade.

Com efeito, pode-se dizer que aceitam os princípios morais não por sua veracidade, mas sim pelas razões dadas por sua defesa, como se fossem impressos na mente humana desde o nascimento, influenciando constantemente a vida cotidiana. Segundo os inatistas, os indivíduos sabem quando chegam ao uso da razão, ou seja, quando passam a usar a razão. Com isso, as ideias inatas passam a ser conhecidas por eles.

Para Locke (1991a), a razão⁵ nada mais é que a faculdade de deduzir e levantar proposições que já tenham passado pela percepção sensorial. Dessa forma, não há conhecimento antes do contato do objeto e dos sentidos, o conhecimento dá-se a partir deste encontro. A veracidade de uma proposição, segundo o filósofo, deveria ter sido percebida como verdadeira, ou seja, antes do nascimento temos que ter tido consciência de sua verdade, o que por ele é considerado inconcebível.

Perante esses argumentos, pode-se levantar a seguinte questão: Locke nega a existência de Deus? Se não considera nenhum princípio inato na mente humana, como provar essa existência? A sua resposta aparece no capítulo X da referida obra, da forma que segue:

⁵ “Locke abre o capítulo sobre razão em seu Ensaio distinguido três diferentes sentidos (significados) para este termo: (1) princípios claros e verdadeiros, (2) deduções claras e corretas em decorrência desses princípios e (3) a causa, especialmente a causa final” (YOLTON, 1996, p. 225, grifo do autor).

Para mostrar, portanto, que somos capazes de conhecer, isto é, estaremos seguros que há um Deus, e como alcançamos esta certeza, penso que não podemos ir além de nós mesmos e deste conhecimento indubitável que temos de nossa própria existência (LOCKE, 1991a, p. 176).

De fato, a nossa própria existência nos ajuda a chegar a de Deus⁶. Segundo Reale (2017), para a demonstração da existência de Deus, Locke apela para o antigo princípio metafísico *ex nihilo nihil*, segundo o qual, nada surge do nada, e para o princípio da causalidade. Embora Deus não tenha dado ao indivíduo ideias inatas de si próprio, o mundo exterior e nossa existência por si só respondem que um ser maior, onipotente, uno, criou tudo, já que o nada não pode produzir um ser.

Assim sendo, Locke apresenta sua principal argumentação, de que “não temos de aceitar o inatismo para explicar nossas ideias” (MEYERS, 2017, p. 28), pois nossa mente formula as ideias a partir da experiência. Portanto, a pesquisa de Locke no livro I deteve-se a conhecer os pressupostos dos inatistas e, em contrapartida, levantar a sua crítica empirista, construindo assim, todo o seu edifício filosófico.

3.3 A LEI NATURAL E O ESTADO DE NATUREZA

Para definir o estado de natureza do homem, Locke (1991b), inicialmente parte do pressuposto da existência de uma lei natural, assunto tratado na obra, pouco conhecida e estudada, **Ensaio sobre a Lei da Natureza** (1676). O filósofo retoma os pensamentos de Filmer, explanado no **Primeiro tratado sobre o governo** (1690), justamente por este defender o absolutismo e os homens como escravos desde o nascimento. Dessa forma, propõe-se refutá-lo a partir de um caminho para compreensão de um novo tipo de governo.

Nesse sentido, é possível mencionar que a lei natural não é inata ao homem, visto que Locke critica qualquer tipo de conhecimento prévio na mente humana, com

⁶ “Locke sustenta que o conhecimento de que Deus existe é uma inferência do conhecimento de que existimos e que, portanto, é um conhecimento demonstrativo. Eis seu argumento: (1) A partir do conhecimento de que existimos, sabemos que deve haver algo de eterno, uma vez que uma coisa não pode vir do nada. (2) Também sabemos que ‘esse ser eterno deve ser também o mais poderoso’, pois todos os poderes que temos devem ‘provir da mesma fonte’. (3) este ser deve ser também ‘um ser eternamente sábio’, pois que seria impossível ‘coisas totalmente desprovidas de conhecimento e operando às cegas’ produzirem seres que têm conhecimento (Ensaio: IV x: 3-5). Portanto deve haver um ser sábio e imaterial de grande poder que seja eterno” (MEYERS, 2017, p. 41, grifo do autor).

isso, ele argumenta por meio da experiência sensível e do uso reto da razão, que todo ser é racional, como forma de conhecer a lei natural.

Assim sendo, o caos estaria presente no mundo caso não houvesse a lei natural, de tal modo que as ações dos homens se equivaleriam e seriam abandonadas. Sendo assim, “a lei natural impõe a cada homem preservar-se a si mesmo e preservar o resto da humanidade” (TADIÉ, 2005, p. 49). Em vista disso, o filósofo que debruçamos estabelece um liame entre os direitos do indivíduo e o dever de zelar pela comunidade.

A partir do momento que o homem passa a observar tudo ao seu redor, este percebe que as coisas do mundo seguem uma determinada lei. Sendo assim, porque o homem, inserido neste mundo, seria uma exceção e como ele tem o conhecimento desta lei? Locke entende por lei natural algo que procede da vontade divina, ou seja, que nos é dado por um poder supremo. Em suma, é Deus quem nos dá as normas e nós as aprendemos por meio da razão.

Posto isto, Locke se distancia do pensamento da filosofia filmeriana. Na obra **O Patriarca** (1680), Filmer defende o poder monarca advindo de Adão. Nela, o autor apela para esta condição para defender como imutáveis os poderes que os reis herdaram de Adão, tendo este recebido de Deus o direito de dominar e reinar sobre os seres vivos, inclusive na família.

Para Locke (1991b) a interpretação de Filmer sobre as Sagradas Escrituras tornou-se vaga e extraiu conclusões errôneas. Baseando-se nestes escritos, ele defende que Deus não instituiu Adão como um monarca absoluto e nem lhe deu como propriedade⁷ alguma das criaturas. Defende, então que Adão recebera “o domínio compartilhado, a liberdade de usar dela em comum com os outros homens” (LOCKE, 1988 apud TADIÉ, 2005, p. 43).

Diante disso, seu argumento consiste em demonstrar que o poder, a paternidade e a propriedade não foram transmitidas conforme defendera as teorias filmerianas, mas sim como direito igual a todos, da mesma forma que recebeu Adão.

⁷ “Por propriedade não se deve pois entender, como fazemos hoje, apenas a propriedade de bens materiais, mas aquilo que teóricos do direito natural como Pufendorf ou Grotius chamavam o *suum*, o que pertence como propriedade particular a alguém e da qual os outros devem se abster. No fundo, esse termo de propriedade significa que alguém tem um direito sobre alguma coisa que não lhe pode ser tirada sem o seu consentimento. A análise lockeana da propriedade tem vários objetivos. Trata-se de determinar os direitos do indivíduo em matéria de posse, de definir também as relações entre apropriação privada e propriedade em comum do mundo. Além disso, trata-se de determinar o estatuto dos bens cidadãos diante do magistrado” (MICHAUD, 1991, p. 38, grifo do autor).

Desse modo, na busca por melhor compreender e defender um novo tipo de poder político, Locke definiu o estado de natureza como o estado no qual:

[...] todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem (LOCKE, 1991, p. 217).

Logo, pode-se dizer que o caminho proposto pelo filósofo consiste em, primeiramente, buscar a origem desse novo poder político, conhecido depois como sociedade civil. Sendo assim, de acordo com Camargo (2017), Locke elabora uma teoria sobre o estado de natureza e a define como a condição em que os homens se encontram governados pela lei natural e são totalmente livres.

Dessa maneira, a liberdade do homem está ligada a igualdade. Enquanto livre, o homem se vê sem nenhuma dominação superior na terra, já com relação ao outro se encontra em perfeita igualdade. Cada indivíduo, na condição de livre, deve decidir suas ações e colocar a disposição tudo o que possui do jeito que achar conveniente e correto. À vista disso, Locke destacou que o estado de natureza não é um estado de licenciosidade. Pois é desejo de Deus que antes da sociedade política, no estado de natureza, o homem seja livre, seja um ser moral e racional, tal como criado por Ele (TADIÉ, 2005).

O estado de natureza espera que cada indivíduo aja de acordo com uma conduta ética, ditada pela razão, na intenção de criar uma harmoniosa convivência, isto é, que aja entre os indivíduos um estado colaborativo, no qual cada um se torna responsável pela vida, liberdade e propriedade.

No entanto, os homens se reconhecem inclinados a paixões que os levam a burlar as normas éticas, pelo fato de entre si, viverem atos de violência, de arbitrariedade ou de transgressões. A esta condição, no III capítulo do **Segundo Tratado do Governo (1690)**, Locke dá o nome de estado de guerra⁸, um estado de “inimizade e destruição” (Locke, 1991b, p. 222).

⁸ “[...] um estado que declara desígnio inalterável e calmo com relação à vida de outrem, por meio de palavra ou ação, não apaixonado ou precipitado e o coloca em estado de guerra contra aquele a quem declarou semelhante intenção, expondo de tal maneira a vida ao poder de outrem, a qual lhe poderá ser arrebatada por aquele ou por qualquer outro que a ele venha juntar-se a defendê-lo, expondo-lhe a causa; sendo razoável e justo possa eu ter o direito de destruir aquilo que me ameaça de destruição, pois pela lei fundamental da natureza, devendo-se preservar o homem tanto quanto possível quando nem todo se pode preservar” (LOCKE, 1991b, p. 222).

Locke dá àquele Artífice onipotente que criou os seres, o poder de ser o único detentor das vidas, cabendo somente a Ele a escolha da duração da vida de cada um, não permitindo assim, que se destruam uns aos outros. Nasce de Deus o desejo que o homem possua ao mesmo tempo livre-arbítrio e razão, “ele funda assim, no estado de natureza, a moral de todas as ações humanas e de todas as relações sociais” (TADIÉ, 2005, p. 52).

Assim, não é permitido aos homens atos de violência, arbitrariedade ou de transgressões da lei, praticados por um indivíduo contra outro ou contra a coletividade (CAMARGO, 2017). Se o homem viola a lei natural, declara que vive segundo uma lei e que não é a lei da razão, torna-se perigoso à humanidade. Desse modo, Locke (1991b) aponta tal atitude como um crime cometido contra a espécie, contra a paz e a segurança, as quais são regidas pela lei da natureza, uma vez que o ofensor declara viver por outra regra.

À vista disso, na intenção de evitar que os homens invadam os direitos uns dos outros e prejudiquem-se mutuamente, continuando a zelar pela paz e preservação da humanidade, dá-se a todos os homens, nesse estado, a execução da lei da natureza. Qualquer um passa a ter em suas mãos o direito de castigar e punir aqueles que transgrediram as leis. Posto isso, nota-se que um homem, no estado de natureza, recebe o poder sobre o outro, porém, não é dado ao homem um poder absoluto ou arbitrário, mas sim um direito alicerçado na razão calma e na consciência para reparar e restringir o transgressor, ou seja, aplicar-lhe um castigo (LOCKE, 1991b).

Com efeito, recai sobre o homem uma responsabilidade muito grande, pois a aplicação de qualquer castigo traz consigo a insegurança e a parcialidade do rigor. A falta de um critério racional e sem rejeição adotado por todos os indivíduos acaba transferindo o problema da punição e da reparação para o valor da justiça (CAMARGO, 2017).

No entanto, a aplicação da justiça não deve ficar inclinada as paixões. Para isso, Locke (1991b) sugere a criação de um mecanismo, de um remédio favorável aos indivíduos que deve ser guiado pela razão. Em outros termos, carece no estado de natureza de “um juiz imparcial, exegeta do espírito racional” (CAMARGO, 2017, p. 60). A ausência de uma lei comum e consentida por todos provoca uma distorção na sentença e na aplicação, porque o interesse de cada sujeito pode controlar as decisões. Nota-se, então, que o estado de natureza é um estado inconstante na

observância das ações humanas. Para tal fim, o filósofo em questão sugere a criação do governo civil, como remédio capaz de curar as dificuldades encontradas no estado de natureza.

Nesse liame, é notando a ausência de um juiz e de um poder executor de uma decisão que interpele os homens e os faça viverem em sociedade. Mas antes dessa colocação lockeana, Deus ao criar o homem notou que não era conveniente que ele ficasse só, dotando-o de necessidade, conveniência e inclinação para viver em sociedade. Assim, antes da sociedade política, conforme postulará Locke, o primeiro modelo de sociedade:

[...] foi entre homem e mulher, que deu a origem à de pais e filhos; a que, em tempo, veio juntar-se a de senhor para servo; e embora todos estes pudessem reunir-se comumente, conforme alias o faziam, formando uma única família na qual o senhor ou a senhora tinha alguma espécie de governo adequado a uma família (LOCKE, 1991b, p. 246).

Porém, este modelo de sociedade ainda está longe do que Locke pensava. Na sociedade conjugal o homem exerce seu poder absoluto sobre a esposa, sobre os filhos e caso tenha escravos, estes também se submetem a seu poder. Para o surgimento da sociedade política, os homens devem renunciar ao poder natural, quer dizer, o poder deixa de existir apenas nas mãos de um indivíduo e passa para as mãos da comunidade (LOCKE, 1991b).

Tadié (2005) pontua que o filósofo em questão propõe uma diferença entre o estado de natureza e a sociedade política, esta última constituída de um conjunto de instituições, regras e de um juiz imparcial para aplicá-las. Como já visto, o estado de natureza é a condição na qual o homem se encontra totalmente livre. Por outro lado, a sociedade política é compreendida como mantenedora da lei natural. Fato que possibilita a existência de um pacto social. Ademais, não é qualquer pacto que faz cessar o estado de natureza entre os homens. É através da teoria do consentimento que ao nos aceitarmos mutuamente poder-se-á formar uma comunidade, a sociedade política.

Em suma, neste tipo de sociedade, aliado ao contrato social lockeano, cabe aos indivíduos conservar os direitos naturais como a vida, a liberdade e a propriedade, bem como o viver em harmonia (CAMARGO, 2017). Desse modo, os erros encontrados no estado de natureza, com o pacto social, são superados, já que

os indivíduos se unem e criam legitimamente o poder governamental dando origem ao governo civil, como um estado de paz.

4 LOCKE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Na seção anterior foram apresentadas as concepções filosóficas de Locke, seus pressupostos, com o intuito de compreender seu pensamento acerca do homem e do meio social em que vive. Vimos que, além de contribuir com a nascente corrente filosófica empirista, foi também um influente precursor do Liberalismo. Vale ressaltar também o cenário social vivido por ele no século XVII, o qual foi caracterizado pela mudança na economia e na política da época. A Inglaterra deixa de ser um estado feudal e torna-se uma monarquia parlamentar, abandonando a característica de “país agrícola em país direcionado para a chamada Revolução Industrial” (CAMBI, 1999, p. 317).

É justamente nesse contexto de transformações sociais e econômicas que o filósofo inglês se preocupa e se dedica à formação dos filhos da nobreza e dos burgueses que o chamam de *gentleman*. Com a finalidade de preparar o jovem para a nova realidade social, ajudando-o a ter um conhecimento de si, do outro e do mundo, Locke traçou novas linhas pedagógicas para um *curriculum* de ensino (CAMBI, 1999). Em suma, a sua dedicação na formação resultou na elaboração da obra **Alguns pensamentos sobre a educação**, publicada em 1693, com o propósito de ajudar e orientar os pais no processo formativo dos *gentlemen*.

4.1 DESTINATÁRIO DA EDUCAÇÃO LOCKEANA

Embora na referida obra Locke tenha direcionado sua atenção para a formação dos filhos dos burgueses e da nobreza, é visível ainda hoje perceber a influência de suas propostas educacionais nas redes de ensino contemporâneas (LAGO, 2002). Para melhor compreender os caminhos propostos pelo filósofo para a educação, vale destacar o destinatário desta formação, o *gentleman*.

Inserido num contexto social marcado por inúmeras modificações, o *gentleman* lockeano dispunha de uma educação baseada no *curriculum* dos movimentos intelectuais e artísticos conhecidos como Humanismo⁹ e no

⁹ “O termo é usado para indicar duas coisas diferentes, isto é: I) o movimento literário e filosófico que teve suas origens na Itália, a segunda metade do séc. XIV e da Itália difundiu-se para os demais países da Europa, constituindo a origem da cultura moderna; II) qualquer movimento filosófico que tenha como fundamento a matéria humana ou os limites e interesses do homem” (ABBAGNANO, 1982, p. 493)

Renascimento¹⁰. Tais movimentos caracterizavam a educação como memorista (cobravam o uso do exercício da memorização de textos clássicos em grego e latim); emuladora (na defesa e refutação de ideias contraditórias entre si); classicista (valorizavam o estudo de línguas clássicas); livresca (estudavam apenas o material contido no livro); punitiva (apelavam para o castigo corporal como forma de disciplinar o indivíduo) e intelectualista (dedicavam mais o exercício do espírito do que do corpo). Este modelo pedagógico marcou também a educação escolástica, predominante no século XVII (BATISTA, 2004).

Dessa forma, o filósofo empirista colocou-se como um opositor à formação escolástica, mesmo que a tenha recebido enquanto jovem. Assim, Locke dedicou-se a elaborar nessa obra uma nova proposta educacional que não cometesse os mesmos erros das formas de ensino vigentes na época (BATISTA, 2004). Vale ressaltar que o filósofo inglês valorizava na teoria escolástica apenas o cultivo do intelecto e a formação clássica. Porém, distanciava-se dela quando igualava a saúde física e mental dos indivíduos como fundamental na formação.

Em primeiro lugar, Locke concentrou-se em compreender qual seria a finalidade da educação na vida dos indivíduos. Com o novo modelo de sociedade sendo implantado, ele percebeu que o objetivo de educar os indivíduos estava ligado à capacidade destes em guiar e orientar a sociedade posteriormente. Porém, vale ressaltar que o *gentleman* lockeano “existe e é formado para o único objetivo da vida, a felicidade” (PIANGERS, 2015, p. 36).

Nesse sentido, o ser feliz para Locke não tinha relação direta com bens materiais e muito menos com o acúmulo de riquezas. Afinal, o acúmulo de riquezas iria contra os princípios propostos por ele no direito natural. Assim sendo, o filósofo inglês definiu a felicidade como aqueles princípios básicos que um pai ou preceptor pode deixar para o seu filho. Locke define que devem ser deixados para os filhos a:

[...] virtude, sabedoria, boas maneiras e o conhecimento apreendido são também as bases que usamos hoje em nossa educação moderna, ou ao menos são alguns dos ideais que desejamos alcançar. As virtudes deixadas são baseadas na religião cristã, influenciadas pelas próprias virtudes gregas. A sabedoria vem do exemplo, trazido ao aluno pelo pai e pelo preceptor. As boas maneiras, pelo trato da vida em casa, com a mãe e os

¹⁰ “Entende-se por este termo o movimento literário, artístico e filosófico que vai desde o fim do século XIV até o fim do século XVI e que se difundiu da Itália para outros países da Europa. A Palavra e o conceito de R. têm origem religiosa [...] renascimento é o segundo nascimento, o nascimento do homem novo ou espiritual de que falam o Evangelho de São João e as cartas de São Paulo” (ABBAGNANO, 1982, p. 819).

irmãos e pelo cultivo de bons hábitos. O conhecimento, por tudo aquilo que a criança aprende durante seus estudos e os posteriores que surgem do interesse de cada infante (PIANGERS, 2015, p. 37).

É nesse sentido, que Locke concentrou-se em elaborar orientações para os pais e para os preceptores com a finalidade de bem educar as crianças para que, alicerçadas na virtude, sabedoria, boas maneiras e conhecimento pudessem atuar na sociedade de forma produtiva e almejar uma vida feliz. Mas para isso, é necessário que o *gentleman* lockeano, a fim de alcançar a felicidade, cuide-se e eduque suas paixões (PIANGERS, 2015). E só conhecendo a ideia de dor e prazer poder-se-ia chegar ao conhecimento das paixões, pois para Locke (2019) elas são condicionadas àquilo que sentimos.

O filósofo inglês explica que as paixões não educadas são nocivas e podem destruir o homem. Aquele que se entrega às paixões deixa de lado as demais ideias morais. Neste caso, apenas o prazer e as realizações lhe importam. Assim, a sua proposta era instruir o *gentleman* a conhecer bem as suas paixões, visto que o mesmo ainda não “as sentiu em sua plenitude” (PIANGERS, 2015, p. 39). No caminho para combater as paixões está a virtude, a prudência, a moderação, as virtudes cardinais cristãs e a educação pelo hábito, a qual veremos mais detalhadamente no próximo tópico.

Antes, porém, é importante destacar o que Locke considerava como principal fundamento da virtude. Para ele, o fundamento de toda virtude está no fato do homem recusar seus próprios desejos e inclinações para seguir unicamente aquilo que a razão dita como o melhor. Nota-se, então, uma característica presente no *gentleman* lockeano: o fato de usar a razão para medir suas decisões. O que chamou sua atenção foi o modo como os adultos educavam as crianças, não as educando para o uso reto da razão, posto que nos momentos de fragilidade estas se perdiam nas paixões (LOCKE, 2019).

Consequentemente, o *gentleman* que tem as paixões devidamente educadas faz uso correto da razão, é virtuoso, pode alcançar o pleno governo de si, ou seja, é primordial ao indivíduo conhecer seus próprios desejos (PIANGERS, 2015). É neste sentido que o trabalho de Locke se direciona na preparação do *gentleman* em uma educação do corpo e do espírito. Enfim, “o mal não é ter desejos [...] a diferença não consiste em ter ou não ter paixões, mas em poder ou não disciplinar-se; contrariar-se na sua satisfação” (LOCKE, 2019, p. 63). Segundo Piangers (2015), para o

gentleman lockeano evitar o desejo deve primeiramente compreendê-lo. Isso não é uma fuga, mas sim o uso correto da razão naquilo que é bom e aceitável ou ruim e prejudicial.

Se um *gentleman* tiver uma má formação, um defeito logo será percebido. Esse defeito é a afetação. Para Locke (2019), a afetação é quando alguém tenta dissimular sentimentos ou disposições de espírito que não possui. Desse modo, ele propõe a originalidade do espírito, ou melhor, um espírito livre em sua naturalidade:

[...] dono de si próprio e de todas as ações, que, sem ser humilde e fraco, tão pouco é feroz e indolente, nem oculta nenhum grande defeito, produz com certeza boa impressão em toda a parte. As ações que emanam naturalmente deste espírito bem formado agradam-nos também porque são a sua expressão sincera: uma manifestação natural das disposições interiores do espírito; não têm nada de violência nem de opressão (LOCKE, 2019, p. 83).

Assim, o filósofo empirista defendeu educação da criança desde o berço como um caminho seguro para garantir que a afetação seja corrigida na fase inicial do educando. Afirma ainda que nove em cada dez pessoas são o que são, boas ou más, úteis ou não, devido à educação que receberam (LOCKE, 2019). Claro, a educação caberia aos pais e aos tutores, que deveriam observar os defeitos das crianças, logo de início e ajudá-las a superar os pequenos vícios a fim de formar um *gentleman* virtuoso. Em suma, Locke não buscou criar um modelo de *gentleman*, mas quis situá-lo nas transformações sofridas ao longo da história e ajudá-lo a melhor viver em sociedade, respeitando as diferenças entre os indivíduos.

4. 2 A EDUCAÇÃO PELO HÁBITO

Após compreender qual o destinatário da educação lockeana, falar-se-á agora do método proposto por Locke para formar o *gentleman*. Antes, porém, vale destacar que o método educativo do inglês é particular e familiar, ou seja, a criança deve ser educada em casa, recebendo os primeiros ensinamentos pelos pais e depois o processo deve continuar com a ajuda de um preceptor (PIANGERS, 2015). Nesse quesito, é possível notar ainda a influência lockeana presente nos métodos de ensino contemporâneos. Como exemplo, pode-se mencionar quando Locke (2019) afirma que a educação do corpo é tão importante quanto a educação da

mente. Na matriz curricular das escolas atuais há uma disciplina direcionada à educação do corpo, a Educação Física.

Podemos perceber que Locke vai contra os métodos de ensino do século XVII, pois estes não valorizavam a educação do corpo, e sim sobrecarregavam a memória das crianças com regras e preceitos que eram posteriormente esquecidos. No entanto, o filósofo empirista apresentou outras estratégias para o ensino, através da prática da repetição ensinava as crianças até que elas adquirissem a perfeição, deixando de lado as regras de memorização e investindo na repetição até se tornar um hábito (FAGUNDES, 2014).

Locke (2019) ressaltava que ao repetir uma ação até que esta se convertesse em hábito, não obrigava a criança a usar o esforço da memória e da reflexão, pois essa atitude não era própria da infância. Retomando assim, o que destacava sobre a idade do uso da razão. Para ele a criança precisava ter mais sabedoria e maturidade para que isso se tornasse algo natural e livre. Além disso, o filósofo acreditava que esse método ajudaria na correção de algum defeito da criança e facilitaria a aplicação de hábitos apropriados desejados pelos pais ou preceptor.

O uso de regras deveria ser observado pelos pais. Para o empirista, o excesso destas sobrecarregavam as crianças, que rapidamente as esqueciam e, até mesmo, algumas vezes não as seguiam. Era necessário, então, o mínimo possível de regras, mantendo-se apenas as mais necessárias para a educação infantil. Locke observou que ao manter tal sobrecarga, duas coisas aconteciam: um castigo qualquer precisaria ser aplicado com frequência, ou a ausência deste levá-la-ia a desprezar a autoridade dos pais e preceptores. À medida que a criança ia crescendo e alcançando a idade da razão, através da prática de uma lei sólida, aí sim seria coerente aumentar em número e em complexidade o conjunto de regras (LOCKE, 2019).

Nesse método lockeano, por meio da repetição de regras sedimentando o hábito, a criança estaria preparada para enfrentar os desafios cotidianos, desde que as regras instruídas não se apagassem da memória. Desse modo, aquilo que os pais e preceptores creem ser necessário para a criança deve ser ensinado através da prática constante, “sempre que o momento surja, e ainda, se possível, fazendo surgir as oportunidades. Isto vai criar hábitos” (LOCKE, 2019, p. 81), que depois atuarão por si só, ou seja, de modo espontâneo e livre. O método educacional pelo hábito propõe disciplinar as crianças para que possam enfrentar suas fraquezas.

Vale salientar que esse método não é uma domesticação, pelo contrário, o hábito tem como finalidade preparar o indivíduo para a vida adulta em sociedade e liberdade.

Covre (s/data) concorda com o conceito de hábito lockeano. Segundo a autora, o hábito exerce um papel fundamental na formação dos indivíduos, inclusive na formação da personalidade. Nota-se que a forma como os alunos chegam às salas de aulas, hoje, e a forma como se comportam, deve-se primeiro à formação recebida em casa. Assim, os valores e ações adquiridos no contexto familiar (transmissão pais-filhos), como a aprendizagem da alimentação, a higiene, o sono, a autonomia, a conduta e a brincadeira influenciam na interação de uma criança com os demais colegas de classe e no seu desenvolvimento intelectual.

Previamente, o empirista já alertava, em seus escritos, sobre o cuidado necessário ao transmitir os principais valores no seio familiar. Locke (2019) observava que determinadas ações ou temperamentos das crianças eram difíceis de serem habituadas. A criança desde cedo mostra o seu amor pelo poder, pela propriedade e pela posse, faz tudo pelo seu bel-prazer. Neste caso, seria inevitável definir as necessidades de fantasia e as necessidades da natureza. Dessa forma, o filósofo afirmava que caberia aos pais estudar com cuidado a natureza e as aptidões dos filhos, com a finalidade de reconhecerem o círculo natural dos mesmos, como poderiam desenvolver-se e o que seriam capazes de fazer. A liberdade da criança seria condicionada a observância dos pais, que devem estar atentos àquilo que os filhos “querem e se são capazes de conseguir através do trabalho, ou adquirir pela prática” (LOCKE, 2019, p. 82).

Nesse sentido, Locke (2019) diz que se deve levar em conta o temperamento natural de cada criança, mas não tentar substituí-lo por outro. O filósofo inglês reconhece que seria um trabalho em vão, caindo assim na afetação. Desse modo, o temperamento natural conta muito, e mesmo com as suas limitações é possível, através de procedimentos adequados, conduzi-la a um resultado melhor. A criança só se inclina pra afetação devido às poucas recomendações dos educadores, pois estes impõem regras e propõem exemplos sem aliar a prática a suas instruções. É necessário observar os defeitos e ajustar as ações do educando até que se torne habitual e fácil, surgindo assim um homem virtuoso, cortês e moderno (FAGUNDES, 2014).

Para tal, Locke submete a liberdade ao poder da razão. A conquista da liberdade depende do desenvolvimento da razão. No lapso da razão, para o filósofo, o hábito opera na direção da conduta, mais facilmente que a razão. Segundo Fagundes (2014), a educação acontece na sincronia de hábitos sadios compatíveis com a razão. Dessa maneira, os hábitos são características do indivíduo e são inscritos nele mediante um processo formativo oriundo de uma disciplina pedagógica. Se a razão conduz os desejos, é papel da força do hábito regulá-los por meio da disciplina.

O caminho proposto por Locke para facilitar o correto uso e aprendizado dos bons hábitos, estava em afastar as crianças das más companhias. Seria a partir do círculo de convivência que as crianças poderiam adquirir boas maneiras. Nesse sentido, é importante destacar a importância dos exemplos que os pais e os preceptores deixavam para os discípulos.

4.2.1 O papel dos educadores na perspectiva lockeana

Visto que o hábito conduz a criança a uma correta formação, Locke dedicou uma atenção especial a personalidade e ao papel dos pais e preceptores na formação de bons hábitos de um *gentleman*. Ao longo da referida obra, o autor propõe que desde cedo as crianças tenham alguém com habilidades para ensinar as boas maneiras e que esse alguém seja capaz de empregar métodos para uma melhor aprendizagem (LOCKE, 2019).

Como visto anteriormente, a primeira responsabilidade educativa pedagógica está nas mãos dos pais, pois são eles que transmitem às crianças os primeiros valores. O papel da família configura-se como um agente socializador, pois é ela quem confere à criança o primeiro contato com o mundo exterior e é no seio familiar que sua personalidade começa a adquirir forma. As modernas correntes psicopedagógicas destacam a importância do desenvolvimento de um equilíbrio emocional e afetivo durante a infância, mediados pelas instituições sociais e pelos pais, com a finalidade de ajudar as crianças na interação com a sociedade (COVRE, s/data).

Em sua época Locke acreditava que a educação deveria ter um caráter privado, ou seja, educação doméstica. Era comum a figura de um preceptor. Os pais valorizavam mais o ensino doméstico que o ensino público (LAGO, 2002). O filósofo

inglês sempre orientava o amigo Edward na escolha acertada de um preceptor. Desse modo, Locke (2019) pedia prudência, ponderação, ternura, zelo e discrição nesta escolha. Pensava que nesse caso não se deveria economizar, era fundamental dedicar e investir tudo na educação dos filhos. Era necessário deixar de bajular e fazer as vontades das crianças com inúmeros brinquedos, para investir na formação pedagógica era primordial.

Para isso, o filósofo empirista dedicou-se a traçar o perfil e as características essenciais de um bom preceptor, com o intuito de facilitar aos pais o que deveriam procurar naqueles que os ajudariam na educação dos filhos. Locke (2019) acreditava que este deveria ser como um pai para a criança, não um substituto, mas uma continuação da figura paterna. Era fundamental que os pais escolhessem o educador não pelo vasto conhecimento de Lógica e Latim, mas por ser alguém capaz de transmitir aos filhos qualidades mais elevadas, para que bons hábitos fossem adquiridos.

Em virtude disso, caberia por primeiro ao preceptor ser uma pessoa de boa conduta, a exemplo dos pais. Não adiantava nada ele querer ensinar ao discípulo a reprimir suas paixões se ele mesmo se inclinasse para alguma delas. Nesse caso, era preciso evitar que as crianças aprendessem os maus exemplos, principalmente do convívio familiar. Uma vez que, assim como os adultos, as crianças agem frequentemente por imitação, sem originalidade. “Somos uma espécie de camaleões que refletem sempre a cor dos objetos à sua volta” (LOCKE, 2019, p. 87). De acordo com Lago (2002), não é de se estranhar que a criança aprenda mais pelo que vê do que pelo que ouve, cabe-lhe então proteger o *gentleman* contra os maus exemplos.

Para formar o *gentleman*, o preceptor deveria ser um homem bem educado, cortês, principalmente para que os discípulos o observassem e praticassem. Locke (2019) salientava que as ações não seriam aprendidas ou ensinadas nos livros, somente as boas companhias e a observação modelariam o indivíduo. Além disso, o educador deveria ser conhecedor do mundo, ou seja, conhecer os costumes, os gostos, as loucuras, as mentiras, as omissões do século e o país que vivia. À medida que o discípulo fosse aprendendo tudo isto, o educador deveria ensinar ao educando a conhecer os homens e seus caracteres. Era preciso que o preceptor ajudasse o discípulo a desvelar a máscara que cobria o rosto dos homens, suas pretensões e diferenciasse o que se ocultava por detrás destas aparências.

Assim como hoje em dia, no século XVII a maioria dos jovens, sem experiência, julgava as coisas pelo exterior e se deixavam atrair pelo aspecto, pelas maneiras sedutoras e pela bajulação, eram mais educados para disputar que para viver. Em vista disso, o preceptor era o responsável por ensinar ao *gentleman* a observar as intenções daqueles com quem convivia na sociedade. Era necessário ensinar a julgar de forma sã os homens, diferenciando o seu caráter, principalmente nas coisas pequenas, pois estas poderiam mostra como são. Enfim, caberia ao educador mostrar ao discípulo o mundo como ele era de fato, prepará-lo para pensar que os homens não são piores e nem melhores, muito menos discretos e nem mais loucos (LOCKE, 2019).

Por meio dessas qualidades e orientações, o preceptor ajudaria no processo de passagem da infância à fase adulta. Nesse sentido, reconhecia que este processo era o mais difícil para se concretizar, por isso recomendava:

[...] estender a mão ao jovem para ajudá-lo a dar esse passo; e não, como hoje se faz com frequência, arrancar o jovem das mãos do preceptor para ser lançado sem preparação no mundo e viver nele à sua própria conta, correndo o perigo manifesto de cedo se perder (LOCKE, 2019, p. 118).

Os excessos de permissões e os vícios eram visto como um reflexo de lançar-se ao mundo sem antes conhecê-lo, de fato era um risco que muitos jovens enfrentavam com o uso da liberdade não educada. Caberia ao preceptor mostrar que o mundo estava repleto de exemplos radiosos e sedutores, que os atrairiam ao uso exacerbado da liberdade. E a única arma que um jovem teria contra o mundo seria ter o pleno conhecimento dele. Dessa forma, o educador introduziria passo a passo seu discípulo no mundo, mostrando-lhe os perigos que este poderia esperar entre os homens (LOCKE, 2019).

Sendo assim, caberia ao *gentleman* a observação atenta dos hábitos e qualidades presentes no tutor. Logo, seria mais fácil moldar-se pelos resultados das observações de um homem que viveu no mundo que pelas reflexões superficiais e muitas leituras. Locke (2019) comparou esse processo a um marinheiro, que antes de lançar-se ao mar, busca conhecer a profundidade, a ideia de rocha, as correntes marítimas e aprende a manejar o leme por meio da experiência.

É preciso então, de acordo com Lago (2002) tratar as crianças como criaturas racionais. Habitua-las a raciocinar sobre os diversos temas do mundo, despertando

nelas o gosto pelo estudo e pelo saber, valorizando sempre o caráter de curiosidade presente numa criança. Nunca enganá-las, já que elas são como viajantes recém-chegados em um país estranho, ou conforme menciona Locke (1991a): as crianças são uma *tabula rasa*, na qual aos poucos se inscrevem as experiências. Enfim, o preceptor deve ensinar todas as ciências e preparar o espírito do jovem discípulo para adquirir novos conhecimentos.

4.3 OS EIXOS PARA A EDUCAÇÃO LOCKEANA

Compreendido o destinatário da educação lockeana, quais as suas características, a sociedade na qual vive; o papel do educador e quais os métodos para educação, explicaremos a divisão que Locke propõe na educação pelo hábito. Se considerarmos o hábito como algo que pode ser contraído e controlado, a partir de certas repetições, de tal modo, a educação pelo hábito pode seguir o mesmo princípio de repetição, contextualização, volição e fixação (PIANGERS, 2015).

4.3.1 A educação do corpo

Como já foi descrito em outra seção, Locke inicia a obra **Alguns pensamentos sobre a educação** (1693) diferenciando seu método pedagógico da educação escolástica vigente no século XVII. Com a máxima de Juvenal (60-127), *mens sana in corpore sano*, o inglês usa essa sentença para dizer que é preciso uma mente sã num corpo são, ou seja, é fundamental que educar também o corpo para uma correta execução das ações do espírito (LAGO, 2002).

Ao longo das primeiras páginas da obra, Locke (2019) dedicou-se as orientações básicas de como educar as crianças na dimensão corporal. O inglês prescreveu o que deveria ser feito para uma boa saúde das crianças na fase inicial de vida. Segundo o filósofo, uma boa saúde seria fundamental ao homem para o cuidado de seus negócios e para a sua própria felicidade.

A educação do corpo deveria ser marcada, de acordo com Cambi (1999) pelo endurecimento de algumas regras que excluiriam a delicadeza e certos cuidados, por exemplo, no modo de se vestir, para que o indivíduo não se vista com algo nem muito pesado e nem muito leve. Para isso, o filósofo empirista propõe a natação, a

esgrima e a equitação como disciplinas aptas a propiciar um vigor físico ao *gentleman*.

Mayer (1976) sintetizou uma série de hábitos que Locke pensava satisfazer para a educação do corpo: vida ao ar livre; uma carga horária suficiente de exercícios e de sono, alinhada a uma dieta simples, excluindo qualquer tipo de bebida forte e nenhum remédio; além de roupas que não fossem quentes ou apertadas demais.

Em suma, pode-se dizer que a educação do corpo são pequenas prescrições médicas, capazes de controlar o apetite e os desejos dos discípulos para uma correta educação. Além desses hábitos, Locke acreditava ser importante ensinar um ofício manual relacionado às artes, como a pintura e/ou trabalhos manuais com ferro, latão ou prata (BATISTA, 2004).

4.3.2 A educação moral

Após tomar as devidas precauções para conservar o corpo forte e vigoroso, com o propósito de obedecer e executar as ordens do espírito, o próximo passo seria mantê-lo reto. Era fundamental que o *gentleman* não se inclinasse para hábitos que não fossem compatíveis a uma criatura racional (LOCKE, 2019).

Desse modo, o aspecto da educação moral deveria ser guiado pelo princípio da virtude. O principal objetivo da educação de Locke era a “formação do homem virtuoso, ou seja, a formação do caráter através da disciplina dos desejos” (LAGO, 2002, p. 96). Essa educação seria a mais essencial, mas também a com maior grau de dificuldade, pois nela se fixava um caráter valioso e uma vez perdido seria difícil reestabelecer certas virtudes.

Em conformidade com Lago (2002), educar seria levar o indivíduo a submeter os próprios desejos e as paixões à razão. Assim, caberia ao preceptor ensinar através do hábito, dando-lhe direção e disciplina, sem desconsiderar o indivíduo como ser racional. Neste caso, o preceptor deveria preocupar-se em ensinar por meio de suas atitudes e não apenas através de palavras.

Nessa perspectiva, essa educação tinha como finalidade construir no *gentleman* um sujeito moral, apto para viver numa sociedade política, preservando seus direitos naturais, como a liberdade, a vida e os bens materiais. Segundo Oliveira; Silva (2018) a proposta de uma educação moral, na concepção de Locke,

seria uma crítica a concepção de sua época, pois separava o debate moral dos assuntos políticos, sendo um campo de situação específico da filosofia.

Portanto, vale destacar que o mais importante na educação lockeana não eram os saberes acumulados, mas sim a formação de costumes éticos e morais. Para isso, o homem deveria dominar suas inclinações, resistir ao prazer e à dor naquilo que dita a razão, para fazer destes hábitos os verdadeiros fundamentos da felicidade, do bem viver e do amor à reputação.

4.3.3 A educação intelectual

Dadas as premissas acima, o último passo da educação lockeana estaria na formação intelectual. O filósofo percebeu que as formas educativas de sua época pouco se interessavam pela formação prática dos indivíduos para a vida. Ele considerava “a educação escolástica como a menor parte da educação e um método contrário a natureza humana” (OLIVEIRA; SILVA, 2018, p. 197). Como Locke tinha em vista uma educação para a vida, teceu em sua obra uma crítica a educação formalista da época, pois esta não fornecia conhecimento para os negócios, para o comércio e nem para os assuntos da vida (LAGO, 2002).

Desse modo, Locke propôs uma base curricular geral pensando nas necessidades do novo modelo de vida. Ele acreditava que a leitura, a escrita e a instrução eram necessárias, mas não julgava como parte principal da educação. Pensando assim, em conformidade com Cambi (1999), o inglês preconizou uma mudança nos métodos e nos conteúdos de ensino. Na fase de letramento, dever-se-ia iniciar a escrita e a leituras não de forma rígida, mas sim com suavidade na qual o discípulo aprenderia brincando.

Locke recomendou jogos e outros brinquedos para facilitar o processo de aprendizagem, bem como livros simples e agradáveis, por exemplo, **As fábulas** de Esopo¹¹, que são histórias encantadoras e divertidas, com reflexões úteis para os homens. Indicou também pequenas passagens da Bíblia, sem se ater ao aprofundamento religioso, mas para estimular a atenção (LOCKE, 2019). Todo esse

¹¹ “Esopo, fabulista grego do século VI a.C., partia da cultura oral para compor as suas fábulas e tinha como objetivo mostrar como os seres humanos poderiam agir bem ou mal. As suas Fábulas sugerem normas de conduta, exemplificadas pela ação de animais, mas também de deuses, homens e coisas inanimadas. Os seus animais falam, cometem erros, são sábios ou incautos, exatamente como os homens” (LOCKE, 2019, p. 189).

processo inicial não deveria ser apresentado à criança como um trabalho, obrigando-a a execução das atividades. Pelo contrário, o filósofo inglês acreditava que o “estudo poderia converter-se numa brincadeira, num recreio para as crianças” (LOCKE, 2019, p. 185). Este método inspiraria o *gentleman* a aprender.

O discípulo poderia aprender outras línguas como o francês. No entanto, o latim, língua materna, era fundamental e precisava ser ensinado através de leituras de textos fáceis e agradáveis. Somente após estes aprendizados iniciais, outras disciplinas seriam ensinadas como Aritmética, Geografia, Cronologia, História e Geometria. Dessas, Locke valorizava a Aritmética como o primeiro raciocínio abstrato com o qual a mente se habituava e se adaptava; já a História ensinava e divertia a criança (CAMBI, 1999)

Por fim, a formação do *gentleman* terminaria com a filosofia natural da seguinte forma: por meio de sistemas, em particular os de Newton; com uma série de ornamentos, como o balé, a esgrima; e um ofício manual, como a jardinagem, atividades capazes de desenvolver algumas habilidades (CAMBI, 1999). Dessa forma, Locke propunha ao *gentleman* atividades convenientes e práticas, apropriadas a sua idade e as suas faculdades, desde que os assuntos não fossem desconhecidos e nem fora de sua experiência.

Portanto, a proposta educacional de Locke era de cunho moral, visando formar um homem racional. Como mencionado no início desta seção os destinatários da educação lockeana eram os filhos das classes mais altas, mas nem por isso deve-se desconsiderar a sua influência na educação contemporânea. Pois o inglês proporcionou muitos avanços no campo educacional, ao depositar no ensino o caminho para tornar o homem mais humano, educando-o para a razão e no uso da liberdade em meio às constantes transformações no progresso científico e cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos filosóficos de John Locke foram elaborados num contexto social marcado por mudanças políticas, econômicas e religiosas, que serviram de instrumento de reflexão e crítica, chamando a atenção para a necessidade de ajudar os homens a compreenderem as transformações ocorridas na Europa e, mais especificamente, na Inglaterra do século XVII.

Posto isto, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi refletir sobre as contribuições de Locke para se pensar em um método de ensino adequado às mudanças, tendo como referência as especificidades do contexto histórico por ele vivenciado.

Em um primeiro momento, após a análise de sua vida e obra, foi trabalhado o conceito de ideia e a crítica ao inatismo. Locke foi um expoente do empirismo, no qual, segundo seus defensores, o conhecimento se dá a partir da experiência e só é permitido ao homem conhecer através dos sentidos. Em contrapartida, foi crítico do inatismo, corrente filosófica na qual se acreditava existir na mente humana ideias inatas, ou seja, ideias que seriam despertadas a partir do uso da razão. Tal ideia inatista era defendida pelos racionalistas, entre eles René Descartes.

Locke acreditava que era inconcebível existir na mente humana ideias e princípios que estariam adormecidos aguardando o momento certo para despertarem. Assim, o empirista partiu da reflexão de que a mente humana, ao nascer, seria uma folha em branco e que a experiência sensorial ficaria responsável por inscrever nela as ideias.

Para este pensador, a fonte de todo o conhecimento estaria na experiência, que se dava externa e internamente, sendo esta última, a partir da reflexão sobre as coisas percebidas. Desse modo, a percepção seria a via pela qual chegariam as ideias e depois a mente as trabalharia, relacionando-as entre si.

Apresentado este conceito, foram explicadas a noção lockeana de liberdade e a lei natural, fundamentais para compreender o homem e a sociedade. Pois, segundo Locke, o homem encontra-se em perfeita liberdade e igualdade entre os seus semelhantes. Dessa forma, se colocou contrário à ideia de Robert Filmer, defensor da monarquia absolutista e da visão de que o homem não é livre por natureza.

Embora o homem tenha a perfeita liberdade para agir, há uma lei natural que rege as ações. Essa lei é a razão, dom dado por Deus para que os homens possam orientar suas vidas, colocando-os acima dos seres irracionais. Os obstáculos a uma vivência plena no estado natural se encontram no fato de que há, mesmo nos seres dotados de razão, paixões que colocam em risco suas vidas e a dos outros. Assim sendo, a razão anuncia a necessidade dos homens de firmar um pacto social com o intuito de assegurar a paz e preservar a humanidade. Neste pacto, o homem deve renunciar a sua liberdade individual em prol da constituição de uma comunidade civil, transferindo ao Estado o papel de juiz imparcial, sem que ninguém fique impune às leis. Desse modo, o Estado deve interferir o mínimo possível na vida dos homens, atuando apenas como mediador dos conflitos e para garantir as propriedades de cada, evitando assim que os outros as roubem.

Foi pensando nesse novo modelo de sociedade que Locke defendeu a necessidade de preparar os homens para que se tornassem cidadãos. Portanto, a obra principal deste Trabalho de Conclusão de Curso, **Alguns pensamentos sobre a educação**, publicada em 1693, é um manual para educar o homem virtuoso, para que este viva em paz e goze de seus direitos junto aos outros homens.

A finalidade da educação lockeana era formar o *gentleman* para ser capaz de recusar as suas paixões, a sua própria vontade, e guiar-se pelo que ditava a razão. Para isso, Locke responsabilizava os pais como os primeiros responsáveis por essa tarefa, pois era no seio familiar que o *gentleman* deveria aprender os primeiros valores, as primeiras virtudes. Afinal, as crianças aprendem a partir da experiência e, dessa forma, cabe aos pais, através do exemplo, transmitir valores e práticas de conduta, higiene, alimentação etc. Para o pensador, os homens se tornariam bons ou maus devido à educação recebida.

Por isso, a educação deve estar voltada para a vida, ou seja, deve preparar o futuro adulto para o mundo em que vive. Através do estudo de parte de sua obra, pode-se perceber que o filósofo inglês era contra os métodos de ensino do século XVII, pois estes se dedicavam a aperfeiçoar os indivíduos em áreas específicas das ciências, desconsiderando a prática dos bons hábitos. O método educacional de Locke era pensado para os filhos da nobreza e da burguesia, com o intuito de preparar o *gentleman* - aquele que poderia vir a ser um governante, isto é, alguém que tivesse nas mãos os destinos de sua terra - para ser um homem virtuoso, apto representante de seu povo e conhecedor das alegrias e das mazelas do mundo.

O filósofo empirista dividia a responsabilidade familiar de educar com um preceptor. A presença deste mediador, no século XVII, escolhido pelos pais, era de fundamental importância para garantir que o processo educacional tivesse êxito. O preceptor deveria ser uma pessoa preparada, ou seja, um conhecedor das realidades do mundo, mas acima de tudo deveria ser uma pessoa capaz de transmitir ao educando as qualidades mais elevadas e que exercesse sua função com a mesma ternura vivenciada no ambiente familiar. Como característica fundamental, o preceptor deveria ser alguém que não se deixava guiar pelas paixões, pois o exemplo estava à frente do método de ensino proposto.

Locke acreditava numa educação voltada para o exercício do hábito, quer dizer, para ele a criança deveria praticar uma atividade prazerosa, várias vezes, até que esta se tornasse um hábito, que passasse a ser algo natural do indivíduo. Por isso, foi contra o método memorista dos escolásticos, pois eles usavam regras e leis pesadas para educar. O conteúdo memorizado era logo esquecido pelo educando devido ao alto rigor do uso da memória.

Assim, o método da educação pelo hábito foi dividido em três etapas. Primeiro, a educação do corpo, ou educação física. Locke pensava que um corpo bem educado seria fundamental para os próximos processos formativos que um *gentleman* enfrentaria. Na segunda etapa, a educação moral com a formação do homem virtuoso, ou seja, formar o caráter do indivíduo através da disciplina dos desejos. E, por fim, a educação intelectual na qual o ensino era de caráter geral, isto é, fornecia ao educando um amplo conhecimento do mundo e o ajudava a desenvolver suas capacidades. Para isso, era preciso ensinar brincando, com métodos fáceis para apreender a atenção do educando, estimulando-o a aprender uma coisa nova todo dia, despertando nele a curiosidade.

Faz-se necessário salientar que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a temática apresentada. No entanto, pôde-se observar que apesar de Locke, ter criado um método novo para a educação do *gentlemen* em um período específico da história, é possível perceber que os métodos contemporâneos carregam traços do pensamento lockeano. A Educação Física tem, em sua essência, um olhar lockeano. Na atualidade, as escolas reconhecem o conteúdo e a prática da disciplina como indispensável no processo de educação integral dos cidadãos. E as escolas sempre buscam métodos de ensino capazes de levar o educando a aprender de

forma fácil e sem sobrecargas, em um constante diálogo com outras disciplinas para formar um homem virtuoso.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

AYERS, Michael. **Locke: ideias e coisas**. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BATISTA, Gustavo Araújo. John Locke: sua biografia, sua personalidade, sua época, sua filosofia e pedagogia e sua proposta curricular. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 3, n. 3, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/53>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CAMARGO, Nilton Marcelo de. Fundamento do estado de natureza e do estado de sociedade civil no pensamento político de John Locke. **Revista Seara Filosófica**, Pelotas, n. 16. p. 56-75, Inverno/2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/12735/8975>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CAMBI, Franco. O século XVII e a revolução pedagógica burguesa. In: _____. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 277-322.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COVRE, Edna Sidineia Fardin. A rotina na educação infantil: na escola e no contexto familiar. **Revista Brasil Escola**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/a-rotina-na-educacao-infantil-na-escola-no-contexto-familiar.htm>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.

DUNN, John. **Locke**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FAGUNDES, André Luiz de Oliveira. Cartas pedagógicas de John Locke à modernidade. **X ANPED SUL**, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1918-0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

HUMANISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982. p. 493.

LAGO, Clenio. **Locke e a educação**. Chapecó: Argos, 2002.

LOCKE, John. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Tradução Madalena Requixa. Lisboa: Edições 70, 2019.

_____. **Ensaio acerca do entendimento humano**. 5. ed. Tradução Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991a. (Coleção Os Pensadores)

_____. **Segundo tratado sobre o governo**. 5. ed. Tradução Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991b. (Coleção Os Pensadores).

MAYER, Frederick. **História do pensamento educacional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MEYERS, Robert G. **Empirismo**. Tradução Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2017.

MICHAUD, Ives. **Locke**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

OLIVEIRA, Jamile de Amorim; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. As concepções educacionais e pedagógicas de Locke e a educação profissional. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 18, n. 2, p. 188-205, 22 set. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/13646>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PIANGERS, Leandro Alberto. **John Locke: a evolução do modelo do Cavalheiro e a formação da virtude através do hábito**. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

RAZÃO. In: YOLTON, John W. **Dicionário Locke**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 225.

REALE, Giovanni. **Filosofia: Idade Moderna**. vol. 2. Tradução José Bertolini. São Paulo: Paulus, 2017.

RENASCIMENTO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982. p. 819.

SHERIDAN, Patricia. **Compreender Locke**. Tradução Fabio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2013.

TÁBULA RASA. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982. p. 903.

TADIÉ, Alexis. **Locke**. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.